

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JAQUELINE DE ABREU PEREIRA

SE NÃO TEM CASA, NÓS OCUPA: A CIDADANIA A PARTIR DO MOVIMENTO DE LUTA
NOS BAIRROS VILAS E FAVELAS - MLB

Porto Alegre

2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais

JAQUELINE DE ABREU PEREIRA

SE NÃO TEM CASA, NÓS OCUPA:
A CIDADANIA A PARTIR DO MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS VILAS E
FAVELAS - MLB

PORTO ALEGRE-RS

2022

JAQUELINE DE ABREU PEREIRA

SE NÃO TEM CASA, NÓS OCUPA:

A cidadania a partir do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Emil A. Sobottka

PORTO ALEGRE

2022

Ficha Catalográfica

P436s Pereira, Jaqueline de Abreu

Se não tem casa, nós ocupa : A cidadania a partir do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB / Jaqueline de Abreu Pereira. – 2022.

101 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka.

1. Cidadania. 2. Movimentos Sociais. 3. Moradia. 4. Ocupação Urbana. 5. Cidade. I. Sobottka, Emil Albert. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Loiva Duarte Novak CRB-10/2079

JAQUELINE DE ABREU PEREIRA

SE NÃO TEM CASA, NÓS OCUPA: A CIDADANIA A PARTIR DO MOVIMENTO DE
LUTA NOS BAIRROS VILAS E FAVELAS - MLB

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka (orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira - PUCRS

Prof. Dr. Marcos Diligenti Pereira - PUCRS

*Dedico ao avô Eliseu de Abreu, raiz e memória de
luta pela moradia.*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo minha mãe Sirlei de Abreu, pelo apoio incondicional e por ser minha base de ternura, esperança e movimento. Acrescento minha tia Seljane Teresinha de Abreu, ambas sempre mobilizadas e participativas.

Agradeço também por todo aprendizado que tive junto ao Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB, em suas ações pela moradia digna e coletiva, com as coordenadoras e coordenadores, moradores e militantes. Em especial Nanashara Sanches, Natanielle Almada, André Luís, Carla Castro, Fernanda Maria e Merong Kamakã.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001).

Para essa pesquisa foi imprescindível o apoio do Professor Emil A. Sobottka do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS, como orientador e todo aporte teórico durante a pesquisa. De grande importância também o contato com o Professor Marcos Diligenti do PPG em Serviço Social da PUCRS, pelo incentivo e estudo às Ocupações de Moradia. E ao Professor Rafael M. Madeira, sempre muito disponível para ajudar os estudantes da Pós-graduação.

Agradeço à Carla Luisa Kehl, amiga e colega de área, que tanto me ajudou na construção dessa dissertação e também no compartilhar dos anseios, perspectivas e sonhos de nossas pesquisas, e dos rumos das Ciências Sociais no Brasil.

Não posso deixar de lado minhas amigas, Camila Alvarez, Laisa Silva dos Santos e Luana Godoy por sempre estarem ao meu lado e não soltarem a minha mão durante esse período.

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI - IFRS) e suas coordenadoras pela oportunidade de tantos aprendizados que contribuíram para essas pesquisas.

Fazer uma dissertação em meio à pandemia e vivenciando as contradições de moradia, não foi uma tarefa fácil! Então aproveito para agradecer todas as pessoas que cruzaram meus caminhos e compartilharam saberes, conhecimentos e que foram também moradia e acolhimento pra mim durante esse percurso.

AGUYJEVETE!!!

“Às vezes penso que se fala em cidadania como se fosse um conceito, muito abstrato, com certa força mágica, como se, quando a palavra cidadania fosse pronunciada, automaticamente, todos a ganhassem. Como se fosse um presente que políticos e educadores dessem ao povo. Não é isso. É preciso deixar claro que a cidadania é uma produção, uma criação política.” (FREIRE, 2004, p. 127).

RESUMO

O conceito de cidadania desde sua formulação tem se transformado ao longo do tempo com as mudanças sociais, culturais, econômicas, territoriais e políticas. O Brasil enquanto um país Latino-Americano enfrenta suas próprias contradições na prática da cidadania e na formulação de cidades que atendam a demanda da moradia. Pois tanto a cidadania, como a urbanização foram construídas sob a lógica colonial e capitalista que ainda hoje afeta o espaço urbano através da exclusão, segregação e financeirização. Desta forma, vários movimentos urbanos lutam por direitos na cidade e em um conceito de cidadania que os contemple. Mas essas mobilizações populares não se empenham apenas pela busca de uma moradia digna, vão além no seu quefazer político, à medida que entram em conflito com modelo de cidade e cidadania vigente. Esta dissertação visa então analisar através do aporte teórico, e da pesquisa qualitativa a cidadania que emerge das experiências de ocupação de moradia popular através do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas em Porto Alegre.

Palavras-chave: Cidadania, Movimentos Sociais, Moradia, Ocupação Urbana, Cidade.

RESUMEN

El concepto de ciudadanía desde su formulación se ha transformando a lo largo del tiempo con cambios sociales, culturales, económicos, territoriales y políticos. Brasil como país latinoamericano enfrenta sus propias contradicciones en la práctica de la ciudadanía y en la formulación de ciudades que atiendan la demanda de vivienda. Porque tanto la ciudadanía como la urbanización se construyeron bajo la lógica colonial y capitalista que aún afecta el espacio urbano a través de la exclusión, la segregación y la financiarización. Así, varios movimientos urbanos luchan por los derechos en la ciudad y en un concepto de ciudadanía que los contemple. Pero estas movilizaciones populares no sólo apuestan por la búsqueda de una vivienda digna, sino que van más allá en su labor política, pues entran en conflicto con el actual modelo de ciudad y ciudadanía. Esta disertación tiene como objetivo analizar, a través de apoyo teórico y investigación cualitativa, la ciudadanía que emerge de las experiencias de ocupación de viviendas populares a través del Movimiento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas en Porto Alegre.

Palabras clave: Ciudadanía, Movimientos Sociales, Vivienda, Ocupación Urbana, Ciudad.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	17
3. DA OCUPAÇÃO DE MORADIA POPULAR À CIDADANIA	22
4. MAPEANDO PORTO ALEGRE: MORADIA, LUTAS URBANAS E POLÍTICAS HABITACIONAIS	38
4.1 Habitação em Porto Alegre.....	38
4.2 Movimentos, Legislação e Políticas habitacionais.....	43
4.3 Ocupações em Porto Alegre.....	49
5. CIDADANIA E OCUPAÇÕES	52
5.1 Conceituando Ocupações	52
5.2 O Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB.....	55
5.2.1 Estrutura de participação dos militantes.....	56
5.2.2 MLB – Ocup(ação)	56
5.3 Entrelaçando as dimensões da Cidadania.....	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	95
Apêndice A -	95
Apêndice B -	96
Apêndice C -	100
Apêndice D -	101

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

COHAB – Companhia de habitação

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre

MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

OLN – Ocupação Lanceiros Negros

OP – Orçamento Participativo

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento e Urbano e Ambiental

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

PIEC – Projeto Integrado da Entrada da Cidade

Seplag – Secretaria de Planejamento e Gestão

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UP – Unidade Popular pelo Socialismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifestação de moradores da Vila Areia e Tio Zeca na Zona Norte.....	48
Figura 2 – Tentativa de diálogo na Cúria Metropolitana.....	60
Figura 3 – Tentativa de diálogo na Cúria Metropolitana.....	60
Figura 4 – Manifestação contra a reintegração de posse do 1º Endereço da Casa Mirabal.....	61
Figura 5 – Casa Mirabal - Anúncio do 5ª Congresso do MLB.....	62
Figura 6 – 5º Congresso do MLB.....	63
Figura 7 - Famílias da Ocupação Lanceiros Negros.....	66
Figura 8 – Matéria do Jornal <i>A verdade</i>	67
Figura 9 - Acompanhamento do processo Lanceiros negros.....	68
Figura 10 – Feira Mirabal - Feira Mirabal para arrecadar fundos para a Casa de Referência Mulheres Mirabal e para as acolhidas Projeto Geração de Renda.....	68
Figura 11 – Feira Mirabal para arrecadar fundos para a Casa de Referência Mulheres Mirabal e para as acolhidas Projeto Geração de Renda.....	69
Figura 12 – Roda de conversa "De 64 à 2019 lutando contra o fascismo" com Amelinha Teles, Criméia de Almeida e Suzana Lisboa na Casa Mirabal.....	69
Figura 13 – Campanha dos candidatos da Unidade Popular (UP) para Eleição 2020 na frente da Ocupação Lanceiros Negros.....	70

Figura 14 – Mobilização contra os despejos no período da pandemia e contra o governo Bolsonaro74

Figura 15 – Mobilização contra os despejos no período da pandemia e contra o governo Bolsonaro74

1. INTRODUÇÃO

A cidadania é um conceito em constante movimento e tem se transformado através das experiências sociais. O Brasil enfrenta suas próprias contradições na prática da cidadania, sobretudo na demanda habitacional nas grandes cidades, e em decorrência, surgem os movimentos de moradia na forma de ocupações.

A análise de Marshall (1967) de que a cidadania é composta por direitos individuais, político e sociais, nos permite pensar a construção dos direitos no Brasil, ainda que com uma construção diferenciada devido ao percurso histórico, social e político do país. (CARVALHO, 2001). Através da dimensão participativa que existe no histórico de mobilização por moradia, é possível observar a estrutura desigual que orienta a cidade, mas também a importância dessas lutas para a transformação social política e cultural bem como, no conceito de cidadania (HOLSTON, 2013).

O processo de urbanização no Brasil se desenvolveu principalmente por interesses econômicos, ficando a moradia em segundo plano. Mas a cidade é também um espaço de resistência e é justamente essa necessidade que impele os movimentos. O problema da moradia, no entanto, só ganha contornos significativos após uma legislação direcionada para esta problemática, fruto de mobilizações populares. No entanto, ainda com programas para a habitação social o déficit se acentua nas grandes cidades. Como pensar então a cidadania quando o direito a moradia não alcança a todos os cidadãos?

Em nível municipal Porto Alegre conta com um histórico de mobilizações urbanas que se acentuaram com o fortalecimento da esquerda e término da ditadura como se pode observar na atuação da população no Orçamento Participativo. A cidade passa a ser vista de forma crítica, e a demanda por moradia passa a ser bastante discutida. Importante ressaltar que o espaço central passa a ser disputado pelas classes, de um lado conjuntos habitacionais privados, de outro a população de bairros mais periféricos tentando acessar essa centralidade e seus equipamentos, através de moradia.

Os Movimentos Sociais desempenham assim o papel importante de unir e mobilizar as pessoas em torno de demandas (GOHN, 2011). A busca pela moradia digna e por acessar o centro da cidade tem sido a pauta das lutas urbanas, em destaque nessa pesquisa os movimentos que utilizam a estratégia de ocupar como o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB que coordenou a Ocupação

Lanceiros Negros e participa das atividades da *Ocupação/ Casa de Referência Mulheres Mirabal*.

As ocupações, desta forma, têm representado, nos últimos tempos, uma das formas de resistência e luta por uma forma mais digna de moradia, mas vão além da necessidade, movimentam estruturas sociais e políticas. Mas como a cidadania se apresenta nessa luta?

O presente estudo tem então como objetivo principal analisar o que fazer político a partir da mobilização e práticas que emergem do MLB e como podem mover o conceito de Cidadania na atualidade.

A justificativa para o projeto de pesquisa tem em vista as ocupações que vem ocorrendo em Porto Alegre, sobretudo na parte mais central da cidade. Estas trazem novas relações e conhecimentos vindos de populações que sofrem com a segregação na cidade e com moradias precárias. Há muitas questões a cerca desses movimentos que podem ser levantadas e que merecem reflexões sociológicas. Por exemplo, quem são esses sujeitos sociais? De que maneira as vivências de um espaço que surge da luta podem transformar ou mobilizar o conceito de cidadania? Essas relações podem transformar o imaginário social no que diz respeito à moradia e a cidade?

Constitui assim, um campo onde se entrelaçam muitas variáveis de grande importância, que dialogam com diversas áreas de interesse às ciências sociais. Desta forma, se faz necessária uma análise mais rebuscada sobre o conhecimento que emerge desses espaços de moradia popular.

Dada a relevância dessas questões a pesquisa se propõe a identificar e verificar as ações promovidas pelo Movimento de Lutas nos Bairros Vilas e Favelas - MLB em Porto Alegre, se atendo as experiências que ocorreram na *Ocupação Lanceiros Negros* e a *Ocupação / Casa de Referência Mulheres Mirabal* que atende mulheres em situação de vulnerabilidade e *Recanto da Alegria*, ações internas como; organização e reuniões, e nos bairros.

Para tanto, a pesquisa será apresentada na seguinte seqüência; primeiramente traremos na introdução a problemática que envolve a cidadania, movimento social e moradia. No capítulo 2, será abordada a metodologia empregada que parte do viés qualitativo, com observações participantes nas ocupações e ações do movimento, entrevistas, questionário e diálogo sobre a pesquisa, nos valendo do método combinado (GIL, 2012). Que iniciou com a

observação participante nos campos de atuação do MLB; Ações nos bairros, nas ocupações, congresso e manifestações.

Levando em conta o teor político desta pesquisa, adotou-se a participação engajada (CAJARDO, 1999; FREIRE, 1986), no sentido de analisar criticamente e participar nas ações do movimento, gerando conhecimentos para além do meio acadêmico.

No capítulo 3; *Da ocupação de moradia popular à cidadania*, a partir da perspectiva crítica é realizada a revisão teórica abordando os principais autores que se debruçam sobre o conceito de Cidadania, suas implicações no Brasil, bem como, a relação da cidadania com os movimentos de ocupação de moradia popular.

Partimos da criação do conceito de Cidadania que vem do mundo Greco-Romano e está diretamente relacionada à participação, mas vai adquirindo novas feições ao decorrer do tempo com as Revoluções e a Modernidade.

Assim passamos para um dos autores que se debruçaram sobre o tema – Thomas Marshall (1967), embora sua pesquisa esteja direcionada ao mundo europeu, ainda assim tem sido a ponta teórica dos estudos sobre a cidadania. O autor expõe esse conceito em três dimensões; civil, político e social, nos dando uma base para a análise.

Admitindo que o conceito de cidadania tenha se transformado e que o Brasil tem suas próprias contradições, José Murilo de Carvalho (2001) vê a cidadania no país cruzando um longo caminho, uma jornada diferente da Europa, e de outros países da América. Afetando e contendo a dimensão participativa. O autor também nos coloca a relação entre Estado – cidadania.

A cidade cresce, assim como as demandas por direitos na cidade, como a moradia. Verifica-se nessa cruzada urbana o que Holston (2013) conceitua como Cidadania insurgente, vinda da luta popular pela moradia. Em contraposição a “Cidadania diferenciada”, que vem da composição do Estado ao longo dos séculos, ocasionando a reprodução de desigualdades e exclusão de parte da população brasileira.

A moradia ficou a mercê da mercantilização e da iniciativa privada durante um longo período, ganhando atenção do Estado apenas a partir do período de Getulista. Atualmente pesa na cidade tendências neoliberais como a financeirização (HARVEY, 2013), especulação imobiliária e gentrificação (ARANTES e FIX, 2009), austeridade e diminuição de projetos para habitação, refletindo-se na moradia e

atingindo diretamente a população mais pobre. Desta forma, Impelidos pela necessidade básica de ter um teto, nascem os movimentos de moradia que tem se multiplicado ao longo dos anos, com diferentes aspectos e complexidades.

Quando abordamos movimentos sociais nessa pesquisa e sua relação com a cidadania, partimos da interpretação de Alain Touraine (2006) e Maria da Glória Gohn (2008) como ações e estratégias coletivas que incidem sobre a estrutura social. Embora seja importante destacar os laços promovidos que tornam o grupo o mais coeso possível.

Desta forma os movimentos colocam-se como protagonistas de mudanças e transformações, sendo a Redemocratização um período importante que aflorou o discurso da cidadania, a busca por direitos na cidade, e o surgimento de Movimentos Urbanos, dentre os quais os de ocupação.

Em Porto Alegre todas essas discussões geradas nesse momento foram muito significativas refletindo na participação, nos movimentos sociais e nas políticas públicas referente à habitação. Desta forma, a fim de nos localizarmos em termos de moradia, políticas públicas e movimentos e analisar a atuação do MLB no município no que se refere à cidadania, organizamos o capítulo 4, intitulado: *Mapeando Porto Alegre: Moradia, lutas urbanas e políticas habitacionais*, que traz uma síntese sobre a urbanização, habitação e políticas destinadas para esta demanda, bem como a atuação de associações e movimentos de moradia no município. No primeiro tópico abordaremos o histórico da cidade, a influência colonial sobre o território, a modernização e as iniciativas privadas e como estas influenciam no planejamento urbano e na formação habitacional de Porto Alegre. No segundo tópico vamos trazer as mobilizações e projetos que vão surgindo a fim de se obter moradia. Na última parte falaremos dos movimentos de ocupações que vem ocorrendo em Porto Alegre, a lógica espacial e a busca pela centralidade.

O capítulo 5; *Cidadania e Ocupações* destina-se a análise da atuação do Movimento de luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB, abordando a partir da pesquisa de campo, observação participante e entrevistas em que medida essas experiências de lutas movimentam o conceito de cidadania. Esse capítulo se divide em três partes, sendo a primeira: *Conceituando Ocupações* abordando o conceito de ocupar/ ocupação, o segundo: *O Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas*, apresenta o MLB e suas ações em Porto Alegre, e o terceiro; *Entrelaçando as*

dimensões da Cidadania destina-se a estabelecer uma relação entre a cidadania e o movimento.

Essa pesquisa levou em consideração a ocupação em um momento de políticas públicas direcionada para habitação no meio urbano e estruturada por movimentos que se organizam para reivindicar um direito, o da função social da propriedade urbana, presente no Estatuto da cidade, imbuídos de um arcabouço legal, com a finalidade primeira de moradia popular. Para tanto foi necessário esmiuçar o conceito de ocupação e analisá-lo em sua dinâmica, sendo essa uma ação importante do MLB e da qual foi pensada como principal para esta análise, embora o movimento use diversas estratégias como podemos verificar no decorrer dessa pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa se vale da leitura de Caminha (2017), que nos aponta a multiplicidade de ocupações e seus significados. Também a teoria de Martínez (2017), para o qual os movimentos de *Okupaciones* desenvolvem a participação. Também compartilhamos da perspectiva de Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012); da ocupação ser uma estratégia de luta.

Quanto ao Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB este provém de base partidária e em Porto Alegre atua em várias frentes de luta, sendo a primeira ocupação a Lanceiros negros no centro da cidade, que abrigava muitas famílias. Na Casa de Referência Mirabal o movimento também se faz presente e na organização da Ocupação Recanto da Alegria. Além de estar presente em outras frentes de assuntos referentes à cidade e a atuação no partido Unidade Popular pelo Socialismo UP.

Desta forma, na parte final deste capítulo abordaremos o entrelaçamento entre cidadania e ocupações e o conteúdo que emerge das experiências do MLB que podem mover a cidadania.

2. METODOLOGIA

A pesquisa científica envolve fazer recorte no tempo e no espaço, com determinados sujeitos, em que teoria e prática confluem para o entendimento da realidade, mas ela é também fruto da relação entre a/o cientista e as/os sujeitos da pesquisa. Partimos do entendimento de Adorno (2005), para o qual sujeito e objeto estabelecem uma relação dialética e complexa, entendendo que o objeto nas pesquisas das Ciências Sociais é um sujeito cognoscível e também construtor de conhecimentos.

Nessa relação o pesquisador também compartilha, está exposto e vive essas contradições. Colocando-nos assim a reflexão de Florestan Fernandes (1996) quando diz que: “O cientista [sociólogo] é um cientista e ao mesmo tempo um cidadão”. (FERNANDES, 1976 apud. FETZ, DEFFACCI, 2021 p.242). Em sintonia com esse pensamento, Freire diz:

Se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. (FREIRE, 1986, p. 35-36)

Analisar a cidadania através dos movimentos sociais é ver a realidade através da pluralidade de sujeitos em lutas, o que expõe a forma cartesiana com que a ciência e os conhecimentos sobre a cidade foram construídos. Assim a pesquisa em ciências sociais deve perceber múltiplos sujeitos e processos que ocorrem simultaneamente. De acordo com Touraine (1983);

O sociólogo [...] deve procurar compreender as condições de existência, autonomia e desenvolvimento da sociedade civil — em outras palavras, as relações sociais, os conflitos e os processos políticos que tecem a trama da vida social — e deve ser capaz de reconhecer suas formas ocultas, deterioradas e reprimidas. (TOURAINÉ, 1983 apud. ALEXANDER, 1998, p.1)

Essa busca criteriosa para o entendimento revela também a importância da revitalização das práticas empregadas na metodologia, e encarar o conhecimento

como uma construção coletiva. Ainda nas palavras de Araiza e Gonzáles (2017), “*la investigación es una práctica viva que cambia constantemente y a la cual nos vamos adaptando*”. (ARAIZA; GONZÁLES, 2017, p. 80).

Uma pergunta interessante e nem tão simples de responder é quem faz esse espaço, conceituado pela ciência, pelas análises urbanas? O espaço urbano é sem dúvida muito plural e longe de ser algo homogêneo ou mesmo dual, pois há muitos corpos que ocupam e lutam por direitos básicos, mas não são vistos dentro da ciência. Na busca de entender o movimento da cidadania a partir do MLB, vale a chamada de David Harvey (1980), que nos faz no mínimo dois apelos importantes enquanto cientistas do espaço urbano quando suscita a imaginação sociológica e geográfica/espacial em suas análises:

Esta imaginação habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia [...] a reconhecer como as transações entre indivíduos e entre organizações são afetadas pelos espaços que os separam. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território, ou para usar a linguagem dos grupos de rua, seu “pedaço”. Isto leva a importância dos acontecimentos em outros lugares (nos “pedaços” de outros povos) [...] Há muitos que são dotados de uma poderosa imaginação sociológica [...] e que não obstante, parecem viver e trabalhar num mundo a-espacial [...]. (HARVEY, 1980, p. 15)

Dentro da metrópole, assim, relacionam-se questões de gênero, questões étnicas, de classes, entre outras que se interconectam dentro da sociedade. Essas intersecções aparecem também nas ocupações do MLB, ainda que as pautas estejam mais voltadas para a moradia e para a questão de classe.

A pesquisa parte assim de uma concepção crítica, e aqui nos valem da contribuição de Brenner (2018) que vê a abordagem da teoria crítica urbana como;

[...] outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, é possível, mesmo que tais possibilidades estejam sendo atualmente suprimidas através de arranjos institucionais, práticas e ideologias dominantes. (BRENNER, 2018, p.21)

A base teórica crítica nos faz refletir a respeito da cidadania e dos movimentos de moradia, abrindo caminhos que nos possibilitam acessar e compartilhar experiências e falas dessas e desses interlocutores e sujeitos que partem juntos e constroem epistemologicamente essa pesquisa.

Cabe destacar que durante o percurso com o movimento foi dialogado sobre a objetividade da pesquisa e possíveis metodologias alinhadas ao coletivo.

Adotando a proposta de uma metodologia crítica e comprometida com os movimentos, que de acordo com Haraway (1991) “*son los conocimientos parciales, localizables y críticos, que admiten la posibilidad de conexiones llamadas solidaridad en la política y conversaciones compartidas en la epistemología*”. (HARAWAY, 1991 apud ARAIZA; GONZÁLES, 2017, p. 65).

Assim, tanto a forma metodológica quanto a pesquisa buscam não ser um simples “porta voz”, mas ecoar junto na ressonância dessas vozes que estão a construir uma cidadania participativa. Como apontado por Paulo Freire (1981);

[...] a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática de desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação (FREIRE, 1981 p. 117)

A metodologia adotada para essa pesquisa além de trazer o aporte teórico, vem da pesquisa qualitativa, a partir da observação participante. O viés qualitativo pode partir de muitas formas, como experiência pessoal, história de vida, entrevistas, observação participante de campo entre outros métodos. (DENZIN; LINCOLN, 2006). Interessante também ressaltar que a metodologia qualitativa abre portas para outros saberes à medida que não se detém apenas em dados quantificados. (RICHARDSON, 2010). Desta forma, adotou-se a observação participante, entrevistas por vídeoconferência e o uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas, para ser usado de forma combinada, com o propósito de verificar informações, conhecimentos e ideais (GIL, 2012) relacionados às ocupações e a cidadania.

Quanto à observação participante, nos valemos do método de inserção da pesquisadora no ambiente a ser estudado. (PERUZO, 2017), e na investigação social, se tratando de movimento social, uma observação e participação engajada (CAJARDO, 1999; FREIRE, 1986). Sendo assim, não vem de um olhar neutro (FREIRE, 1986; TRIVIÑOS, 1987), mas assume um posicionamento coerente e embasado cientificamente. (LAKATOS & MARCONI, 2011). De acordo com Peruzzo (2017);

Quando se trata de pesquisa no campo dos movimentos sociais e comunitários, em geral, a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica suas dinâmicas, limites, origens e os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes

e avanços, mas também as falhas e os desvios das práticas sociais; levantar as práticas participativas e de gestão; ou entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores. No meio popular e comunitário, em última instância, a pesquisa inclui a intenção de colaborar para gerar conhecimento útil à comunidade estudada, além de deixar subsídios para se aperfeiçoar o trabalho desenvolvido (PERUZZO, 2017.)

Ainda para a autora a pesquisa- ação/ observação participante pode ocorrer da seguinte forma;

b) O investigador interage como participante do grupo. Além de observar, ele se envolve, tem direito a voz e pode assumir algum papel no grupo. Trata-se de uma opção que exige muita maturidade intelectual e acentuada capacidade de distanciamento na hora da interpretação – a fim de não criar vieses de percepção e na análise –, e responsabilidade para com o ambiente pesquisado, de modo a não interferir demasiadamente no grupo ou criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de possuir uma posição transitória no grupo. c) O grupo pesquisado conhece os propósitos e as intenções do investigador, e normalmente concordou previamente com a realização da pesquisa. d) O vínculo do pesquisador com o grupo investigado pode ser anterior ou partir do início da pesquisa. e) O pesquisador em geral se compromete a devolver os resultados da investigação ao grupo ou à comunidade pesquisada. Isto ocorre depois do trabalho concluído, mas nada impede que os resultados parciais sejam apresentados e discutidos durante a execução da pesquisa. Esta é uma forma de colaborar para que o grupo se conheça melhor e possa utilizar os subsídios no equacionamento de questões que lhe são pertinentes. (PERUZZO, 2017.)

Como aponta a autora a Pesquisa- ação e a Pesquisa-ação participativa têm muitas semelhanças, mas a segunda confere ao pesquisador a organização e estrutura da pesquisa.

Desta forma a pesquisa foi construída através de visitas à Ocupação Casa de Referência Mulheres Mirabal e Ocupação Recanto da Alegria. Conversas informais e entrevistas com as/os coordenadores do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas, Ocupação Lanceiros Negros e Mirabal. Participação em atos e ações de apoio à Casa, acompanhamento à saídas e trabalhos de base, participação de reuniões do MLB e do Movimento de Mulheres Olga Benário, ligados diretamente às ocupações. As entrevistas e observações participantes ocorreram no período entre os anos de 2018 a 2021.

As observações iniciaram no momento que a Ocupação Lanceiros Negros havia sofrido a segunda reintegração de posse e estava à mercê da prefeitura. A Ocupação Mulheres Mirabal, gestada dentro da Lanceiros Negros, localizava-se também no centro de Porto Alegre, logo passou a sofrer ameaças de reintegração de posse, ocorrendo então a segunda ocupação, desta vez um pouco mais afastada

do centro. Concomitante às ações, o MLB seguia realizando trabalhos de base na Lomba do Pinheiro entre outros bairros como, por exemplo, na Ocupação Recanto da Alegria, na Vila Farrapos, Zona Norte de Porto Alegre, onde organizavam moradores que já haviam ocupado um terreno da prefeitura que estava destinado à habitação social.

O contato com as organizadoras da Mirabal se deu através de reuniões contra o processo de reintegração de posse, no primeiro endereço da Casa Mirabal e acompanhamento e participação na mobilização das moradoras e acolhidas. A partir da reintegração de posse e Ocupação em novo endereço, local não centralizado e bem menor que a antiga moradia, o número de acolhidas e moradoras também diminuiu. Outro contato importante com as moradoras e organizadoras da Casa Mirabal foi a partir do núcleo de mulheres no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), organizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário para atender demandas, que ocorriam no campus, sobretudo de violência contra a mulher, bem como para organizar as estudantes, tendo em vista o trabalho realizado na Casa Mulheres Mirabal onde muitas das coordenadoras são do *Olga* e do MLB.

É importante ressaltar que as entrevistas não tinham por objetivo perguntas fechadas e via internet, mas dado ao contexto da pandemia mundial, foi realizado um questionário sistematizado com algumas perguntas abertas e outras fechadas. Ainda assim através de videoconferência e contato com as/os organizadores a pesquisa seguiu acompanhando as ações e mobilizações do MLB, em parceria com o Movimento Olga Benário e Ocupação/ Casa Mirabal.

3. DA OCUPAÇÃO DE MORADIA POPULAR À CIDADANIA

Mais de que estar em um espaço, a importância de estabelecer laços e criar significados para com esse lugar tem sido fatores essenciais para a convivência e para a integração coletiva. Essa identidade, no entanto, só pode ser feita a partir da participação dos indivíduos nesse espaço. O conceito de Cidadania vem então para dar conta dessa relação entre sujeito e coletividade ao passo que também se entrelaça à simbologia e cultura de um território, suas necessidades e lutas em um determinado tempo histórico. Os movimentos de moradia na forma de ocupações trazem aspectos relevantes a respeito da construção desse conceito, sua dimensão participativa e seus desdobramentos no Brasil.

A constituição da palavra Cidadania provém do latim *cívitas* que se refere à cidade e também se vincula à ideia de *pólis* enquanto espaço de ação política, e tanto na Grécia como em Roma isso é bastante significativo, pois a cidadania vai estabelecer uma estreita ligação com habitar a cidade e participar dela (ROLNICK, 1995). Assim para ambas as sociedades a cidadania ou a falta desta vai dizer muito sobre a utilidade e a posição social em que as pessoas se encontravam. Segundo José Cretella Jr. (1992);

No direito romano, *civis* ou *civis romanus* era o cidadão romano, pessoa que usufruía direitos e era submetido a obrigações ligadas à qualidade de membro de determinada cidade. *Civitas* tinha então, dois sentidos, sendo ou o “território que constituía a unidade política e administrativa essencial na organização greco-romana, e cujos habitantes eram sujeitos a um conjunto de regras jurídicas especiais”, ou “o conjunto dos direitos civis e políticos ligados ao status de cidadão, eu *civis*. (CRETELLA, 1992, p. 139)

Além dessas noções de pertencimento e território, ser proprietário de terras também estava associado a ter cidadania (ROLNIK, 1995). Ao passo que o fazer político não é concedido a todos que constituem e moram nesse espaço, a necessidade por direitos, e inserção sócio-política vão impulsionar as lutas ao longo dos séculos. A cidadania vai então se revestindo de outras formas e ganhando outras dimensões na Modernidade, sobretudo depois da Revolução Francesa. Embora se note nos anseios dos teóricos como Rousseau (2007), uma busca pela virtude cívica, numa perspectiva mais igualitária, a cidadania pendeu mais para a liberdade no que se refere à propriedade. Para Gohn (1994);

O fato de se ter uma propriedade seria a garantia da independência econômica necessária a liberdade de espírito e ao desprendimento das paixões. Por tudo isso, preconizava-se que só os proprietários tinham direito à plena liberdade e à plena cidadania. Sabemos que os proprietários para os liberais eram os burgueses. (GOHN, 1994, p. 12)

Problemática observada também por Marx (2010) em *A questão judaica*, sobre a relação entre Estado e direitos dos homens em sociedade escreve ele: “A aplicação prática do direito humano de liberdade é o direito da propriedade privada.” (MARX, 2010, p.49). Alguns dos efeitos como as contradições que aparecem na cidade quanto ao direito à moradia popular versus propriedade privada na modernidade, podem ser verificados também na leitura de Engels (2015) *Sobre a questão da moradia*. Desta forma a cidadania vai se construindo imbricada à concepção liberal concentrando-se no direito individual e na propriedade (MACHADO, 1998), além da mercantilização do espaço (ROLNIK, 1995; HARVEY, 2013).

Um dos principais teóricos a se aprofundar na conceituação de Cidadania foi Thomas Humprey Marshall, em sua perspectiva a cidadania constitui-se de direitos; civil, político e social, e desempenha uma base fundamental para entender como esse conceito foi apreendido historicamente no Brasil e o papel da participação. Segundo Marshall (1967);

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHAL, 1967, p. 64)

Para o autor, esses direitos estavam diluídos em um só, mas foram fragmentados com a diversidade das instituições. Ele identifica também o status como a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade.

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão,

mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p.76)

Marshall, no entanto, está falando a partir do caso inglês e seu texto um tanto generalista deixa algumas lacunas quando analisa o caráter evolutivo da cidadania. Para Saes (2013);

[...] tal caracterização tenderia, por um lado, a ocultar as dificuldades e tensões inerentes a esse processo evolutivo, e, por outro lado, a apagar os limites impostos à expansão da cidadania pelo modelo capitalista de sociedade. (SAES, 2013, p.6)

Nesse sentido é importante destacar o ponto significativo levantado por Marshall e de importância para essa pesquisa – a participação, que segundo o autor, constitui-se na fonte original dos Direitos Sociais (MARSHALL, 1967).

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos. (MARSHALL, 1967, p. 76)

Desta forma a concepção Marshalliana de Cidadania não nega as lutas que ocorreram em seu desenvolvimento, mas também não se concentra especificamente no tensionamento dessas lutas. Elemento esse, fundamental para entender a desenvoltura da cidadania na contemporaneidade e as lutas sociais. Para Saes (2013) em análise a Delaunay¹; “a evolução da cidadania a partir do seu núcleo resultaria da eventual capacidade das lutas populares exigindo compromisso sobre novos direitos [...] não desejados pelas classes dominantes.” (SAES, 2013, p. 14).

No caso Brasileiro, é importante ressaltar que a Cidadania dentro dos parâmetros Marshallianos possui avanços e retrocessos. De acordo com Carvalho (2001);

[...] houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros.

1. Jean-Claude Delaunay, “Lutte de classes et citoyenneté”

A segunda refere-se à alteração na seqüência em que os direitos foram adquiridos entre nós, o social precedeu os outros. Como havia lógica na seqüência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa. (CARVALHO, 2001, p. 11-12)

A dimensão política; direito ao voto universal, formações de partidos e participação popular, sofreram diversas rupturas e a Ditadura no Brasil por mais de uma década foi o exemplo mais clássico da fragmentação e dissolução quase total do que se pode considerar como cidadania. Mas há ainda outros empecilhos carregados historicamente na construção do país; escravidão, patriarcalismo e o latifúndio também eram formas de negar a cidadania. (CARVALHO, 2001; HOLSTON, 2013). De acordo com José Murilo de Carvalho (2001);

A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça. O direito de ir e vir, o direito a propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. (CARVALHO, 2001, p.57)

Chama a atenção também a relação da cidadania com a construção do Estado brasileiro, comprometido com o poder privado. (CARVALHO, 2001 p. 45). Não atendendo e nem se responsabilizando pelas demandas populares, mas fazendo favores ou benefícios de acordo com o momento político.

A tradição de maior persistência acabou sendo a que buscava melhorias por meio de aliança com o Estado, por meio de contato direto com os poderes públicos. Tal atitude seria mais bem caracterizada como 'estadania'. (CARVALHO, 2001, p. 61)

Tradição que se perpetuou durante muitas décadas a frente, resultando numa cidadania receptora e passiva ao invés de ativa e reivindicatória. (CARVALHO, 2001, p. 126). Ainda para Afonso e Ramos (2007) essa ligação com o Estado, como designam os autores, forma uma *cidadania restrita à lógica do Estado-Nação*, ou seja, sob tutela do Estado e no formato que este se caracteriza em determinados momentos, podendo adquirir feições autoritárias e não democráticas. (AFONSO; RAMOS, 2007, p.81).

Avançando o período Republicano, Wanderley Guilherme Santos (1979) analisa a cidadania instaurada no Brasil a partir de 30 como uma "Cidadania

Regulada”, pois os direitos estavam ligados à ocupação profissional. (SANTOS, 1979).

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, antes que por extensão de valores inerentes ao conceito de membro de comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos de lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. (SANTOS, 1979, p. 75,76)

Desse trecho podemos extrair duas questões importantes; a primeira é a cidadania enquanto direito de membros de uma comunidade, a segunda diz respeito a quem ela engloba – trabalhadores assalariados; sua regulação estrita ao trabalho. Mas nem todos os trabalhadores estavam incluídos, ficava de fora uma parcela significativa, como por exemplo, autônomos, domésticos e trabalhadores rurais (CARVALHO, 2001, p. 114).

Pedro Demo (1995) usa também o termo *cidadania tutelada e assistida* para designar a dependência da cidadania em relação à instituição em que não há senso crítico, em contraste com uma cidadania emancipada advinda do exercício de participação popular que implica nas palavras do autor; “fazer-se sujeito, negando aceitar-se como objeto.” (DEMO, 1995, p. 133).

Como podemos observar, algumas análises de Brasil destacam o caráter hierárquico e desigual em torno do que se considerava cidadania (CARVALHO, 2001), e partem de uma construção de cidadania via instituição. As lutas sociais, por sua vez, como parte da cidadania encontram eco maior no final da ditadura onde muitos grupos se mobilizaram para uma série de demandas, entre essas a moradia como veremos mais adiante. Holston (2013) também dá atenção a essa cidadania que ele conceitua como “insurgente” vinda da luta popular em contraposição à “cidadania diferenciada” que reproduz a desigualdade. Para o autor;

[...] a formulação da cidadania diferenciada no Brasil enfatiza ideologias de inclusão universal que na verdade mascaram — no sentido de tornar menos reconhecível — sua maciça distribuição desigual de direitos e recursos [...] Quando a cidadania insurgente atropela a cidadania diferenciada, essas formulações dominantes de inclusão se desgastam, e as desigualdades que recobrem se tornam intoleráveis. (HOLSTON, 2013, p.73)

Assim outras perspectivas se detêm com maior precisão na relevância de sujeitos sociais na ampliação da cidadania. Antes de ser apenas uma produção via

Instituição ela é também, e principalmente, uma construção popular como apontam Afonso e Ramos (2007);

Portanto, são as lutas sociais que se produzem ao longo da História, e que têm uma expressão mais forte entre os séculos XIX e XX, as que conduzem a uma concepção de cidadania ampliada, significando agora não apenas direitos cívicos e políticos, mas também direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras (AFONSO; RAMOS, 2007, p. 81)

É possível perceber que há esferas; civil, política, social, cultural e legislativa que interagem e por vezes se chocam devido aos interesses envolvidos. Desta forma, o conceito está sempre em movimento e marcado pelas mudanças sociais, políticas e territoriais, fruto de experiências e lutas sociais. (SOBOTTKA, 1998).

Outro ponto interessante suscitado pela discussão a respeito da cidadania e que vai convergir diretamente para esta pesquisa é como estão sendo criados esses confrontos pela busca de inserção na cidade ou mesmo pela reafirmação do direito de morar e ocupar os espaços sejam eles físicos ou simbólicos numa cidade onde a moradia é tratada como uma mercadoria lucrativa? De onde surgem e quais são os conhecimentos que levam ao entendimento de que a cidadania está inconclusa à medida que alguns direitos são assegurados em lei, mas no *modus operandi* segue ocorrendo exclusões de grupos que não estão inseridos social e economicamente, ou que não correspondem ao modelo?

É importante salientar que a falta de direitos vivenciada no dia-a-dia de muitas pessoas nem sempre é algo entendido como falta de cidadania, elas estão na cidade, não estão com seus direitos políticos ou de ir e vir impedidos. Habermas (1997a) coloca essas ações como uma expressão liberal. Isso quer dizer que nesse modelo o cidadão tem primordialmente seus direitos civis assegurados, enquanto a participação não ganha muita visibilidade ficando reduzida à via eleitoral (HABERMAS, 1997a). Embora o autor não se detenha exclusivamente ao conceito de cidadania alguns de seus apontamentos são importantes para esta pesquisa, em especial a análise sobre o direito, segundo o autor, no modelo liberal clássico há um peso grande na individualidade, mas a parte comunitária de grande importância para o senso de pertencimento fica de fora. (HABERMAS, 1997b). O autor formula então a proposta do paradigma da democracia deliberativa, onde haveria uma interlocução entre a pluralidade de indivíduos e comunidade. É nessa proposta que entra os movimentos de moradia aglutinando sujeitos e demandas na busca por direitos.

Pensando a partir deste prisma, como um quadro de invisibilidade e exclusão social nas grandes cidades e falta de moradia podem promover, usando o termo de Habermas (1997b) uma “*socialização política esclarecida?*” (HABERMAS, 1997b, p.25). De que forma moradores de habitações populares ou grupos que estão na luta pela moradia, podem transformar essa socialização em outra noção de cidadania?

Um primeiro ponto que cabe destacar é que o desenvolvimento das cidades e o aumento dos trabalhadores urbanos estabelecem um ponto de contato com a cidadania em um projeto de modernização do Brasil. A contradição é que uma parte é excluída da constituição desses direitos e do espaço urbano mais central estabelecendo uma relação de desigualdade entre centro e periferia (HOLSTON, 2013). De acordo com Holston (2013),

Ao mesmo tempo, um novo Estado nacional procurava modernizar a organização da economia e da sociedade que se urbanizavam. Seu objetivo era articular uma nova esfera pública de cidadania para canalizar e regulamentar essa nova força de trabalho urbana. [...] Assim, a segregação espacial e a diferenciação da cidadania foram processos simultâneos num projeto de modernização nacional (HOLSTON, 2013, p.197)

O processo de urbanização se desenvolveu com objetivos, sobretudo mercantis, ficando a população de baixa renda desassistida, e empurrada pra o lugar mais periférico da cidade. Desta forma, não havia uma política habitacional para atender a população das cidades que estavam crescendo (BONDUKI, 1998). As políticas voltadas à cidade eram inicialmente de “higienização”, influenciadas pelas reformas urbanas na Europa e significavam a exclusão de uma parte significativa da população nos grandes centros urbanos. (DUDEQUE, 1995). Os cortiços, as casas amontoadas, e a formação de favelas são as expressões mais fortes dessa “limpeza” na cidade, e expressam nesse desenho desigual da metrópole um recorte de classe. (CORRÊA, 1997).

Para Santos (2007) há uma ligação entre ser considerado cidadão e a localização que esses “menos cidadãos” ou “não cidadãos” ocupam na geografia da cidade. Oliveira (1999) em análise ao “Espaço do Cidadão” de Milton Santos (2007) Aponta que;

Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade, isto é, dos atributos do espaço (instalações,

infra-estruturas, redes etc.) ou dos seus “fixos sociais” (SANTOS, 1987: 43), numa relação na qual as determinações de diferentes escalas geográficas podem ser superpor. O conceito de cidadania guarda, assim, uma concretude que possui íntima relação com a cidade enquanto realidade histórica. (SANTOS apud OLIVEIRA, 1999, p.94)

A dimensão da cidadania se apresenta aqui como o direito aos equipamentos que há nos bairros nobres. Mas vai além, para o autor é importante que se “ultrapasse a cidadania abstrata à cidadania concreta, a cidadania na prática e para isso a questão territorial não pode ser desprezada.” (SANTOS, 2011, p.204).

Todas essas exclusões são sentidas e servem de motor para as organizações de moradia que começam a surgir já nos anos 40. Nesse período surge o movimento pelo congelamento dos aluguéis para barrar o aumento, e movimentos de associações de bairros.

No período militar, mesmo com restrições as massas de trabalhadores urbanos concentrados nas periferias começam a se mobilizar exigindo uma melhor infra-estrutura e acesso urbano. O Movimento Custo de Vida, vindo de mulheres da periferia, foi outro exemplo onde as questões de moradia reascenderam, mobilizando a discussão sobre os loteamentos. Ainda de acordo com Nabil Bonduki (2008);

[...] organizou-se, por um lado, o movimento de moradia e dos sem-terra (urbano), que reunia os que não conseguiam ter acesso a um financiamento da casa própria e, por outro, o Movimento Nacional dos Mutuários que agregava mutuários de baixa renda e classe média, incapacitados de pagar a prestação da sonhada casa própria. Ambos criticavam o caráter financeiro do SFH e pediam mudanças (BONDUKI, 2008, p.75).

Assim os movimentos urbanos começam a se estruturar por toda a parte e nos anos 70 já estão bastante ativos. De acordo com Maria da Glória Gohn (1991), isso ocorre basicamente por dois motivos;

Um de ordem estrutural – o agravamento da falta de condições de infra-estrutura urbana e o rebaixamento salarial, portanto, o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana. O segundo motivo era de ordem conjuntural – o regime político-militar e a ausência ou a repressão de espaços já tradicionais de participação popular, tais como partidos sindicatos. (GOHN, 1991, p. 33)

A moradia passa então a figurar uma das lutas de maior importância nos movimentos urbanos, enquanto a metrópole vai se fragmentando. Para Maricato

(2013a) em *Lugar fora das idéias*; a cidade aparece dividida em *legal versus ilegal*, ou seja, a primeira referindo-se à moradia através do mercado imobiliário e acesso aos recursos. A segunda: o espaço irregular e informal que é constituído pelas favelas. Lugares que são considerados como não civilizados, criminosos e violentos e que é onde vivem as classes mais baixas. (RIBEIRO; SANTOS, 2003). Embora também sejam espaços de construção social cultural e política. (HOLSTON, 2013).

Se num primeiro momento o centro é o local da elite, posteriormente há um deslocamento dessa classe para as partes mais nobres, momento em que as classes populares começam a ocupar a parte central da cidade. Atualmente vive-se um momento em que as classes mais abastadas voltam seus olhares novamente para o centro, a partir das melhorias em termos de equipamentos, processos de revitalizações e gentrificação. Condomínios privados também têm atraído novamente as classes mais abastadas. (VILLAÇA, 1998).

Imbricado a esses processos há conforme apontado por Teresa Caldeira (2000); um esvaziamento de valores quanto a um espaço público, aberto e igualitário. Isso afeta a circulação, os hábitos, os desenhos, os trajetos da cidade e até o transporte público dos espaços comuns que passam a favorecer mais o comércio, o tráfego de veículos, grandes edifícios particulares e shoppings Center. Há, sobretudo, na perspectiva de Caldeira (2000) e Sennet (1999) uma diminuição das relações nos espaços públicos aprofundado pela segregação sócio- espacial.

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. (CALDEIRA, 2000, p. 258)

Alterando completamente e inibindo o contato com as diferenças que permeiam a cidade e que são importantes para a significação da Democracia. O isolamento tende a dificultar a consciência coletiva e atuação política dentro da metrópole. Ainda para a autora;

As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo reproduzido no espaço urbano é

segregação e intolerância. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências antidemocráticas são articuladas. Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles de grupos sociais diferentes como concidadãos, com direitos equivalentes apesar de suas diferenças. No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. (CALDEIRA, 2000, p.340)

Quem tem maior poder aquisitivo consegue usufruir da parte central da cidade, enquanto uma parte significativa da população fica distante, não ocorrendo estímulo a participação tão importante para a cidadania. Mas a experiência urbana é também de resistências e mobilizações populares por melhores moradias, condições de viver e participar da cidade. Essas exclusões do espaço central da cidade são justamente o que impele os movimentos de moradia em especial os movimentos que ocupam imóveis ociosos. De acordo com Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012);

É em referência a esse cenário de negação de um direito básico de cidadania que o movimento de moradia erigiu-se como ator coletivo sob a chave do direito à moradia digna. A afirmação desse direito reconhece uma carência coletiva e, ao mesmo tempo, denuncia e aciona um campo de conflitos atualmente muito evidente nas disputas envolvendo o direito à moradia no centro da cidade. (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 400)

Desta forma os movimentos de moradia carregam consigo esse potencial de organização coletiva e transformação, unindo-se assim ao conceito de Movimento Social alinhado à perspectiva de Alain Touraine (2006) e também conceituado por Maria da Glória Gohn (2008) como ações coletivas e de cunho estrutural englobando sociedade, cultura e política; com estratégias e organizações variadas para que suas demandas sejam atendidas. (GOHN, 2008). Para Touraine (2006); “só há movimento social se a ação coletiva também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social — se opuser a tal dominação.” (TOURAINÉ, 2006, p.19). Ainda para Martínez (2002);

La acción y la organización de los MS son fundamentalmente alternativa de ejercicio de poder de la sociedad civil, se sitúan fundamentalmente como *outsiders* del sistema político institucional, pero; a) de una manera táctica o subordinada a esa línea estratégica también se usan y combinan, eventualmente, medios convencionales en relación con las instituciones políticas (desde los recursos jurídicos hasta el uso de mass media; actuando eventualmente como *insiders* [...]). (MARTÍNEZ, 2002, p. 27)

Desta forma, há duas vias, uma a ação por fora, e outra que pode ocorrer no meio institucional.

Cabe ressaltar também que esses movimentos surgem de uma necessidade individual que é compartilhada por um número significativo da população, mas que transcendem essa esfera individual. Como afirma Honneth (2003); “se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo.” (HONNETH, 2003, p. 256).

A solidariedade atua então nas diferenças internas fazendo com que tenha coesão no movimento (GOHN, 2011). Ainda de acordo com Gohn (2011) os movimentos;

aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. (GOHN, 2011, p.336)

Os movimentos de moradia têm assim uma trajetória de participação e pressão para o alcance de políticas públicas que atendam suas demandas. Foi através de mobilizações que o Estado encarou a habitação como um problema social a ser resolvido pela instituição. (BONDUKI, 1998). Há que se pensar também nas relações desses movimentos com o aparato político e institucional. Sendo a Redemocratização um momento importante de avivamento dos movimentos urbanos, os quais desempenharam um papel fundamental para as mudanças na constituição de 1988 (BURITI, 2018), como pode ser observado pela atuação do Movimento Nacional da Reforma Urbana que tinha como princípios o Direito à cidade e a Cidadania e mais tarde passa por um processo de institucionalização tornando-se Fórum Nacional da Reforma Urbana FNRU. Junto também com o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB). A partir dessas mobilizações o Estado passa a formular políticas centradas na moradia embora não tenha sanado o déficit habitacional que vem de muitos anos de ausência de políticas nessa área.

Importante também ressaltar que o *Direito* ganha um peso significativo nos discursos, pois é impulsionado nas lutas populares em meio e após a Ditadura. A demanda de moradia através do Movimento Nacional da Reforma Urbana, que tinha como princípios o Direito à cidade e a Cidadania, unificou-se ao conceito Lefebvriano de “Direito à Cidade” ainda que neste a questão da moradia e do direito enquanto lei não fosse o foco principal. (CAFRUNE, 2016).

Na Carta Mundial pelo Direito à cidade lançada em 2005, o “direito” aparece de uma forma bastante ampla como; “usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social” (CARTA, 2005, p. 3). A criação do Estatuto da Cidade em 2001, e do Ministério das Cidades em 2003 ensejam esses ideais, ainda que de forma geral. Enquanto aparato legal, o segundo artigo da Lei Nº 10.257 de julho de 2001, inciso I e II, traz elementos interessantes sobre a dimensão desses direitos que tangem à cidade abrindo possibilidades para atender a demanda da moradia. (CARDOSO, 2011).

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (BRASIL, 2001, Art. 2)

Essa base jurídica de Direito tem unido os movimentos urbanos em reivindicações em comum. Os movimentos de ocupação de moradia concentram-se especialmente em reivindicar a função social da propriedade urbana.

Porto Alegre tem um histórico de lutas que se intensifica a partir dos anos 70 e a formação de uma parte significativa de bairros em Porto Alegre se ergueu sob a mobilização popular (BRUM, 2014; D’AVILA, 2000). O município já contava com o Departamento da Casa Popular que na ditadura passa a ser chamado de Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), desenvolvendo os programas alinhados ao governo como a Companhia de habitação (COHAB) e o Programa de erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR).

Com a Redemocratização, aprofundamento da esquerda e Orçamento Participativo - OP ocorreram mudanças significativas já que há um avivamento da participação política. A cidade passa a ser discutida por associações, movimentos, coletivos, partidos e isso impulsiona um olhar mais crítico para a cidade e para a habitação. Em âmbito federal o Plano Nacional de Habitação PNH foi debatido e estruturado a partir da sociedade civil dando origem em 2009 ao Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV que visa a obtenção da moradia através do financiamento pela Caixa Econômica Federal de acordo com a renda familiar numa faixa de um a dez salários mínimos. Outro aspecto importante quanto ao programa é seu teor econômico expresso na Lei nº 11.977, que o implementa. (BRASIL, 2009; ARANTES & FIX, 2009; CARDOSO, 2011; AMORE, 2015).

A tendência econômica atual que pesa sobre o espaço urbano parte da concepção de mercantilização da moradia impulsionando o valor de troca, sobrepondo-se ao valor de uso e alterando as relações sociais quanto a esses espaços, consolidando assim, processos que se interligam no Brasil; Uma Modernidade dependente que afeta as políticas urbanas e produz o que Santos (2009) chama de *Metrópole Corporativa Fragmentada*, ou seja, as segregações sócio-espaciais na cidade (SANTOS, 2009), e a cidadania atrofiada pelo neoliberalismo. (SANTOS, 2011).

David Harvey (1982) também traz elementos importantes que explicitam essas contradições no espaço urbano onde o capital domina não só as relações de trabalho, mas também de viver na cidade, podemos acrescentar aqui a moradia. No caso da habitação enquanto mercadoria, o que se nota é que mesmo com alto índice de construção o preço da moradia não diminui (MARICATO, 2001), e quanto mais tempo ociosa, mais a mercê da especulação imobiliária. A financeirização, tendência neoliberal, tem cercado as cidades e se estendido para a habitação criando uma espécie de dinheiro fictício sobre a moradia (HARVEY, 2013), acarretando em processos de remoção e despejo (FIX, 2009). Ao mesmo tempo tem se vivenciado a contenção das conquistas sociais. De acordo com Cleiton Silva (2019);

No campo habitacional, houve a suspensão dos programas de habitação de caráter popular, especialmente o PMCMV. Isso teve uma repercussão direta para o não cumprimento da meta de 2017 para a faixa 1 (até R\$ 1.800,00 de renda familiar bruta mensal), ou seja, 13,5% da meta de 170 mil, totalizando apenas 23 mil moradias. Paralelamente, o governo ampliou o

atendimento à parcela mais rica da população, no financiamento imobiliário pela Caixa Econômica Federal de imóveis de luxo de até R\$ 3 milhões¹² em 2016, além de igualar as taxas de juros para financiamento de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), quanto no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), equiparando as diferentes faixas de renda em 2019 (SILVA, 2019 p. 3292)

Se por um lado ocorreu a diminuição dos programas, de outro, o mercado imobiliário apresentou expansão com empreendimentos privados favorecendo o sistema especulativo. Essas tendências têm acarretado o aprofundamento de pessoas sem moradia e também impelido sua luta para acessar esse direito fundamental.

Segundo dados obtidos pelo cadastramento do MCMV em 2009, cerca de 54 mil pessoas foram cadastradas no Programa em Porto Alegre. (DEMHAB, 2009). Ainda com o avanço do Programa nos anos que seguiram sua implementação e efetivação no município, pesquisas mais atuais, como as da Fundação João Pinheiro FJP de 2015 revelam um déficit de 6,4 milhões de moradias no Brasil e na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA 96,6 mil moradias. (FJP, 2018). Ainda de acordo com o Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos, desse número 98% corresponde à zona urbana. (OBSERVASINOS, 2019). Quanto ao número de imóveis vagos a Pnad 2015 aponta que no Brasil há 7, 906 milhões de imóveis vagos, 80,3% dos quais localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados.

Esses números não são divulgados no município, e nem há uma preocupação na utilização desses imóveis para classes populares, são os movimentos e pessoas ligadas às causas da habitação que fazem essa pesquisa e vistoria sobre esses imóveis. A partir da necessidade e do entendimento de que é possível residir na parte central da cidade alguns movimentos de moradia têm se organizado para ocupar esses imóveis ociosos, como o MTST, MLNM e MLB.

A modalidade de luta pela moradia através da Ocupação tem ocorrido em muitos estados brasileiros, com ou sem vinculação diretamente partidária, mas corresponde a necessidade básica muito relacionada ao déficit habitacional ainda que não seja ligada apenas a essa demanda, já que nem todos que organizam ocupações estão inseridos em uma. Além disso, essa modalidade de luta também move outros campos de demandas na cidade, como por exemplo, creche, morar

perto do local de trabalho, do posto de saúde e escolas. De acordo com a pesquisadora Julia Vilela Caminha (2017);

Assim, os movimentos de ocupação de imóveis ociosos se configuram como uma alternativa de acesso aos serviços e recursos às populações que, devido à sua baixa renda real, não se apropriam ou usufruem deles. Por exemplo, a ocupação de imóveis para moradia localizados no centro da cidade diminuiria os preços de acessibilidade e de proximidade, possibilitando tanto acesso à uma melhor moradia, quanto à educação, oportunidades de trabalho, o que, por fim, levaria ao aumento da renda real da pessoa. Neste sentido, o solo urbano configura-se como um valor de uso para tais movimentos, sendo seus interesses a sobrevivência e reprodução social e também como forma de enfrentamento às políticas neoliberais de mercantilização e de privatização do espaço. (CAMINHA, 2017, p. 5).

Ocupação enquanto conceito tem muitos significados, e muitos pontos de partida como a necessidade de se abrigar, ocupar os espaços públicos, pode ocorrer em imóveis vazios e também em lotes de terras ociosas, pode estabelecer uma conexão com outros movimentos globais, ou podem corresponder à necessidade e as contradições que vive determinado país. (CAMINHA, 2017; MARTÍNEZ, 2002). Pode também ser visto como uma estratégia para visibilizar determinadas demandas. Mas um ponto em comum que podemos perceber entre as formas de ocupar é que elas partem de uma ação coletiva, e na nossa hipótese as ocupações promovidas pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas não são direcionadas para um fim único de obter o direito de morar, pois se vincula a outras demandas, propicia o exercício comunitário dentro da habitação, participação na cidade e dentro da instituição e faz emergir a dimensão participativa da cidadania. Como nos aponta Miguel Martínez Lopes (2002) em análise aos movimentos de Okupação e suas diversidades, estes;

Desarrollan una participación política hacia el exterior de sí mismos y hasta se podría decir que el sistema político institucional de las democracias liberales no puede funcionar normalmente (Otra cosa sería su modificación sustancial) sin contar con ellos cuando aparecen. Pero también trascienden ese marco de una manera transversal y practican en seno una participación social que toca varios aspectos institucionales de las vidas de sus integrantes. No solo cuestionan las prioridades políticas de los Gobiernos de cada Estado sino que también promueven cambios sociales en relación con las consecuencias no queridas del proceso civilizador, modernizador e industrialista politizando distintos subsistemas sociales y todo lo considerado como privado y personal. (MARTÍNEZ, 2002, p.25)

Entre os movimentos essa pesquisa destaca a atuação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB, que tem sua raiz do Partido Comunista Revolucionário PCR, e organiza Ocupações Urbanas em vários estados do Brasil. Em Porto Alegre o movimento organizou moradores de alguns bairros dando início à primeira ocupação do MLB, a *Lanceiros Negros*. Ainda dentro do espaço, surgiu a ocupação Mirabal direcionada exclusivamente para atender mulheres em situação de vulnerabilidade e projetando no espaço, creche, biblioteca entre outras demandas. As duas ocupações estavam localizadas na parte central da metrópole e sofreram reintegração de posse. A Mirabal se estabeleceu novamente ocupando outro imóvel na capital, onde permanece com cortes de luz e ameaças de despejo. Além das ocupações o movimento articula trabalhos de base, e apoio à outras ocupações como a Recanto da Alegria, em uma parte mais distante do centro, localizada na Zona Norte, atos, congressos, e está em constante comunicação com outros movimentos de moradia, de gênero, étnicos e com os partidos que estruturam o movimento, sobretudo o partido gerado pelos militantes: Unidade Popular pelo Socialismo (UP).

4. MAPEANDO PORTO ALEGRE: MORADIA, LUTAS URBANAS E POLÍTICAS HABITACIONAIS

Não se pode pensar a cidade simplesmente como um espaço físico sem destacar as relações e tensões existentes. Sendo assim o processo de urbanização e a construção da cidade ocorrem a partir de contradições e disputas entre vários sujeitos sociais na busca por espaços, sendo a moradia parte desses conflitos. Isso pode ser observado tanto pelo desenho no qual a cidade vai sendo construída e o acesso básico de determinadas demandas como saneamento, abastecimento de água, redes de esgoto, iluminação, gás, telecomunicações, transporte coletivo, coleta de lixo, acesso à saúde, educação, a parte ecológica, lazer, e todas as demandas que sejam de importância para a população; quanto pela segregação de determinadas camadas sociais.

Para analisar a questão da moradia em Porto Alegre sob o viés da cidadania precisamos também voltar à história da cidade. Desta forma, nesse primeiro tópico será abordado de forma sucinta a formação da cidade, as principais mudanças que tangem a moradia e que moldaram a Porto Alegre que hoje conhecemos. No segundo tópico nos concentraremos no âmbito participativo da população e políticas formuladas que tem atendido o município.

4.1 Habitações em Porto Alegre

Se tratando de cidades brasileiras qualquer ponto de partida inicia com a imposição colonial sobre os territórios. Assim a história do desenvolvimento da cidade Porto-alegrense é fortemente marcada pela colonização, escravidão, imigração, eugenismo e segregação. Mas é também marcada por lutas populares. Isso se reflete nas questões habitacionais.

O roubo de terras indígenas pela Coroa nos primeiros momentos da colonização e mais tarde por assimilação desses povos no que se pode considerar enquanto nação brasileira se entrelaça à construção da Cidadania Diferenciada como nomeia Holston (2013) e vai se estender para a cidade e também para a moradia. De acordo com o autor;

Desde o primeiro contato, a Coroa via os índios como súditos do rei, vassalos em suas próprias terras – terras que a Coroa reivindicou, embora a natureza dessa reivindicação sempre tenha sido objeto de disputa. Assim o Estado brasileiro (tanto colonial como nacional) se via como proprietário da terra em nome dos índios. O Estado era o proprietário e os índios tinham apenas o usufruto, e as terras eram consideradas um bem público – exatamente o tipo de bem que se prestava à apropriação privada por colonizadores e especuladores não índios. (HOLSTON, 2013, p. 107)

Com a expropriação e o crescimento da cidade, algumas populações ora se afastam dessa centralidade, ora são empurrada de acordo com o crescimento da cidade e da tomada de terras mais distantes. De todo modo, é importante ressaltar a dificuldade que a população indígena encontra de se estabelecer na cidade. De acordo com Diehl (2018);

A expropriação das terras indígenas - baseada nos discursos sobre a decadência das antigas missões jesuíticas, no suposto despovoamento das aldeias, na alegada ociosidade dos seus ocupantes, na associação dos indígenas com os animais, na ideia de vazio demográfico- foi efetivada por particulares, que ocupavam as terras dos aldeamentos e também por medidas governamentais, que assentavam colonos nas áreas indígenas, além de organizar expedições punitivas. Este processo de tomada dos territórios tradicionais parece ter fomentado a busca dos indígenas pelos núcleos populacionais. (DIEHL, 2018, p. 16)

Essas questões apontadas ressoam no tempo e como veremos vem a culminar na necessidade de moradia e retomada do espaço central pelas populações indígenas.

Outro referencial importante com respeito ao desenvolvimento da cidade é o início da República que reflete já em seus primórdios as tensões habitacionais. A solução de moradia para a população pobre e oriunda do Sistema Escravista foi em primeiro momento os arraiais e cortiços. Alguns exemplos importantes dessa memória são alguns locais e bairros, hoje muito modificados, como a Cidade Baixa, Areal da Baronesa, bairro Rio Branco que antigamente era Colônia Africana. Ainda para Eduardo Kersting (1998) esses locais como a Colônia Africana continham;

parte daquela população pobre que foi sendo expulsada do centro da cidade a partir da década de 1890, [...] Outra possibilidade é que [...] ela tenha servido de abrigo para pessoas que, por variadas razões, encontravam-se colocadas à parte do modelo de sociedade urbana que se formava,[...]. (KERSTING, 1998, p.12)

Reuniam assim a camada mais desassistida em termos de moradia e a mercê das remoções. (MATTAR, 2010; VIEIRA, 2017).

Para dar conta desse “novo mundo” dá-se início a grandes transformações políticas, sociais e econômicas, assim o espaço urbano vai se expandindo com a imigração, industrialização e elitização desse espaço. (VIEIRA, 2017). Em Porto Alegre assim como outros municípios multiplicam-se cortiços e becos (PESAVENTO, 1995). Segundo Farinon (2015);

Os cortiços, construídos nos bairros operários juntamente com outras casas de estrutura bastante simples, foram as primeiras habitações populares da modernidade ligados à industrialização-urbanização e também foram resultado da proliferação de diversos becos pelo centro da cidade. Os cortiços eram moradias coletivas multifamiliares horizontais ou verticais de aluguel barato e ambientes muito pequenos que abrigavam várias funções no mesmo cômodo. Em sua grande maioria ofereciam lavanderia, cozinha e banheiros de forma coletiva os quais eram destituídos de qualquer infraestrutura, além de contarem com superlotação, ausência de luz, ventilação e ambiente tendencioso a promiscuidade. (FARINON, 2015, p. 43)

Para eliminar essas moradias foram criadas diversas medidas como o aumento da taxaço dos cortiços (KERSTING, 1998), normas de estética e construção e argumentos sanitaristas (BAKOS, 1996). Ainda para a pesquisadora Daniela Machado Vieira (2017);

A municipalidade fomentava a ocupação destes mesmos espaços concedendo descontos de impostos para prédios com mais de quatro andares. Assim, a Intendência se posicionava como agente de “modernização” do espaço urbano, através da transformação do perfil das edificações do Centro da cidade, fazendo uso da legislação. (VIEIRA, 2017, p.70)

As moradias populares foram assim sendo deslocadas à medida que a cidade seguia se modernizando, sem muitos recursos, e em terreno suscetível a enchentes. De acordo com Vieira (2017);

Essa não é uma mudança apenas na forma da cidade – de cortiços para prédios, mas uma alteração no padrão de ocupação do solo urbano. Os moradores dos cortiços se vêem obrigados a deslocarem-se para outras regiões, enquanto que grupos de maior poder aquisitivo irão ocupar os novos prédios construídos no lugar das antigas habitações, sob o estímulo financeiro do poder público. Assim, tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construções, mas também de um novo padrão de moradores para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos. (VIEIRA, 2017, p.70)

A distinção se fazia visível nas nomeações das regiões e também na formação do terreno; nas partes mais baixas a população mais pobre, na parte alta

quem tinha maior poder aquisitivo. A Rua Duque de Caxias entre outras ruas centrais é um exemplo desse outro lado da mesma cidade. Como podemos observar na pesquisa histórica realizada pelo Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura;

Foi, por anos, a rua mais nobre da cidade, residindo ali políticos, comerciantes e militares de altas patentes em luxuosos sobrados e solares das famílias aristocráticas da cidade, como o Solar dos Câmaras, mais antigo prédio residencial de Porto Alegre. Também conhecida como “Altos da Praia”, na Duque de Caxias foi construída a Igreja da Matriz, atual Catedral Metropolitana, posteriormente denominada de Marechal Deodoro a praça ali existente, mas conhecida por Praça da Matriz. Abriga, ainda, os prédios dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Teatro São Pedro, o mais antigo da cidade, tendo sua construção concluída em 1858. (PROCEMPA, [2006?])

Quanto as “partes baixas”, referindo aos cortiços e moradias a baixo custo havia um interesse da iniciativa privada a partir das companhias de habitação como a Companhia Territorial Porto Alegrense criada em 1892, que atuava mais na zona Norte de Porto Alegre e havia diferenças de loteamentos conforme a renda. Seus incorporadores não por acaso eram grandes proprietários de terras. (STROHAECKER, 2005). Nessa época as mais conhecidas eram a Companhia Territorial Rio-Grandense, Companhia Rural e Colonizadora, e Companhia Predial e Agrícola, sendo o interesse em território urbano e também em terras do interior.

Outro ponto importante para abordar no histórico são as moradias próximas ao local de trabalho, que também caracterizaram a formação de alguns bairros. Segundo Mattar (2010);

Nesta relação, a fábrica representava o centro da vida local [...] No entanto, a relação entre indústria e habitação operária mostrava-se contraditória em muitos aspectos. Às fábricas eram associados referenciais positivos relativos à organização, ordem e disciplina, característicos deste ambiente; assim, algumas posturas e conceitos eram imprescindíveis à construção industrial modelar e ao arranjo dos diversos setores. Como forças desiguais, estes estabelecimentos contrastavam com as pequenas aglomerações de moradias operárias das cercanias, muitas sem condições de higiene e conforto. (MATTAR, 2010, p. 113)

É importante ressaltar que mesmo com moradia, os bairros operários ligados à indústria demoraram para receber o básico: encanamento, energia elétrica, água, marcando assim, esse desenho desigual.

No Governo de Vargas foi criado as Instituições de Aposentadorias e Pensões que impulsionaram a habitação, mas a preocupação principal nesse período ainda era a adequação das vias e as cheias que ocorriam. No que se refere à moradia a partir da década de 50 verifica-se os despejos para outras partes de Porto Alegre, sendo a formação do bairro Restinga proveniente dessa estruturação. De acordo com relatos dos moradores, os desafios eram muitos, uma vez que não havia sequer acessos básicos e na maioria das vezes eram os próprios moradores que construía suas casas;

Na Restinga, local de destino a casa era jogada em um monte de tábuas, que aguardavam do trabalho dos funcionários da Prefeitura para se transforma novamente em “casas”, muitas vezes a demora era inimiga da urgência de morar, a família então se organizava e entre mulheres e crianças os mutirões se faziam. (PRESTES, 2017, P.5)

A partir da década de 60 surgiram projetos e financiamentos a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Companhia de Habitação (Cohab), que foram desenvolvidos no período da Ditadura Civil-Militar, no entanto esses projetos estavam longe de sanar o déficit habitacional e promover a luta por moradia digna. Ainda por volta de 1960, Porto Alegre cresceu em nível de metrópole e todo esse processo mexeu no imaginário da população mais abastada e reorganizou o centro da cidade. Ocorreram mudanças significativas desde demolições, criação de pontos de ônibus e a separação do rio Guaíba através da construção de um muro. A partir daí a cidade passa a ser modelada, muito próxima do que conhecemos atualmente.

O modelo centralizador de governo do então prefeito Thompson Flores combinado ao urbanismo moderno realizou muitas desapropriações e transferências de residências para outras áreas sem antes negociar o valor das indenizações com os atingidos. Também não foram realizadas discussões com a sociedade a respeito da prioridade que foi dada às obras efetuadas frente às necessidades mais urgentes da população: habitação, saneamento e educação [...] Na década de 80, com a intenção de aliviar o trânsito no centro, a cidade passou por um processo de descentralização ao deslocar para outras regiões diversas entidades administrativas e de justiça, além do surgimento dos shoppings centers que funcionaram como pólos atrativos ao retirarem do centro alguns comércios. (FARINON, 2015, p. 60)

É importante também frisar que todas essas mudanças eram não só sentidas, mas também discutidas entre a população. As associações comunitárias e de bairro já se estruturavam, (MATTAR, 2017), os jornais veiculavam a respeito das modificações na cidade (PESAVENTO, 1994), e a moradia, aparecia nas demandas

das lutas operárias (TOLEDO, 2017), mesmo que indiretamente através da reclamação dos custos do aluguel (PESAVENTO, 1994).

4.2 Movimentos, Legislação e Políticas habitacionais.

As lutas por espaços na cidade se intensificaram com a industrialização e com a crescente população demandando moradia. Mas as reivindicações em primeiro momento não eram dirigidas diretamente ao Estado, não havia uma legislação habitacional para a classe baixa, que ou morava em cortiços ou em regiões afastadas e periféricas. Segundo Bonduki (1998);

A questão dos valores dos aluguéis esteve quase sempre entregue à livre negociação entre o locador e o inquilino, não intervindo o Estado na sua regulamentação, como era a regra da ação estatal no que se referia aos diversos aspectos da reprodução da força de trabalho. O código civil que regulava a questão estabelecia o “império absoluto da propriedade”, não prevendo nenhuma regra na fixação dos aluguéis. (BONDUKI, 1998, p. 116, 117)

A garantia do Direito a moradia não era vista como responsabilidade do Governo nem pelo Estado e nem era o foco das mobilizações populares. Para o poder Estatal a grande preocupação eram as revoltas operárias. Nesse sentido é interessante ressaltar a importância dos movimentos e partidos de esquerda.

Esse período é também marcado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) que logo em seguida passa a ser perseguido e entra na ilegalidade. No entanto, apesar do curto tempo de atuação, a esfera Estatal começa aparecer, ainda com pouca atuação e impacto, mas com uma crescente intervenção no meio urbano, através de Carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, em 1938; criação da Fundação da Casa Popular em 1946; decreto da Lei do Inquilinato em 1942; Decreto Lei 58, em 1938. Essa legislação não foi suficiente, uma vez que os proprietários sentindo-se em desvantagem ou vendiam as casas, ou cobravam taxas por fora do valor de aluguel, os despejos passaram assim a se tornarem comum nessa época, mas também a reação e organização da população na busca por meios legais para garantia de uma residência. (BONDUKI, 1998).

As associações comunitárias e de moradores foram muito importantes para a formação habitacional de Porto Alegre. Segundo Mattar (2010), as associações comunitárias;

[...] Congregavam inúmeros associados, promovendo festividades e outras formas de reuniões, no intuito de contribuir para solucionar uma série de demandas e problemas da área. Nesse sentido, em 13 de dezembro de 1945, os jornais da cidade⁶²⁵ noticiaram a criação da Associação dos Amigos do 4º. Distrito, como sendo uma entidade de caráter público, apoiada por diversos comerciantes e industriais do local, entre eles A. J. Renner.⁶²⁶ Cabe destacar a atuação do Círculo Operário Navegantes⁶²⁷ que, em 1939, encaminhou um processo para construção de uma edificação (proc. 1347/1939)⁶²⁸ na avenida Sertório. Adotando um partido em forma de “U”, com galerias cobertas voltadas para um pátio central e tendo no seu eixo uma capela, o projeto era destinado a sediar a Creche Nossa Senhora dos Navegantes, então dedicado aos filhos dos operários das indústrias situadas nas proximidades. Considerando-se uma região mais abrangente, outra instituição voltada ao atendimento dessas crianças, no tocante à saúde pública, foi o Hospital da Criança Santo Antônio. ⁶²⁹ (MATTAR, 2010, p.286)

A Vila do IAPI, no bairro Passo D’Areia, por exemplo, foi construída a partir da mobilização da Associação dos amigos do 4º Distrito, e utilização dos benefícios dos associados do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPS). Criando um “sentimento de comunidade e de pertencimento, reconhecidos pelas demais pessoas.” (SANHUDO, 1961, apud. MATTAR, 2010, p.274).

Também havia mobilizações de comunidades contra as remoções e patrolamento de suas casas como nos evidencia D’avila (2000);

No dia 12 de julho de 1952, moradores da Vila Seca, Doca das Frutas e Novos Cães, estavam presentes em uma sessão da plenária da Câmara de Vereadores, trazendo um abaixo assinado no qual cento e duas mulheres protestam contra as remoções que estavam sendo feitas na cidade: “Vimos protestar contra os atos arbitrários e desumanos que os governadores de nosso Estado tem levado a efeito contra o povo e os moradores de Vilas Pobres, como é o caso das demolições da Vila “Caiu do céu”.” (D’AVILA, 2000, p. 29)

Destacamos aqui que a população já começa a cobrar da esfera estatal e reivindicar direitos e benefícios já previstos pela instituição.

Outra luta que merece atenção no histórico de Porto Alegre é a presença dos Quilombos Urbanos, sendo um dos mais antigos o Quilombo da família Silva, provenientes da população negra vinda do interior do estado. De acordo com Carvalho e Weimar (2004);

Foi a instalação no local que hoje é conhecido como bairro Três Figueiras o que possibilitou aos seus antepassados territorializarem-se, isto é projetarem sobre o espaço física e geograficamente delimitado suas práticas de resistência e de autonomia em relação a sociedade envolvente. Tal ato é que possibilita ao grupo gestar-se enquanto uma unidade social diferenciada organizacional e etnicamente ao longo de seis décadas. (CARVALHO E WEIMER, 2004, p.21).

Dentro de todo esse período até os dias atuais o quilombo resiste as ameaças de remoção e a venda, tendo em vista que está em uma área visada por iniciativas privadas. Atualmente somam a essa resistência mais três territórios quilombolas em Porto Alegre: Alpes, Família Fidelix e Areal da Baronesa.

Mas a mobilização pela moradia e a participação encontram dificuldades devido à Ditadura Civil-Militar. Ermínia Maricato (1987) observa que o período Ditatorial tratou de criar e reformular políticas para a cidade, criando uma série de mecanismos para centralizar os recursos de habitação. No lugar da Fundação da Casa Popular é criado o BNH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Assim surge nesse período a Cooperativas habitacionais (COHABS), 1966; Plano Nacional de saneamento (PLANASA), 1971; Comunidade Urbana para recuperação Acelerada (CURA), 1972; e Plano nacional de habitação PLANAB, 1973. Financiamento para urbanização FIMURB, 1974, Programa de financiamento de lotes Urbanos (PROFILURB), 1975; Programa de Financiamento da Construção de melhorias da habitação de interesse social (FICAM), 1976; Programa de erradicação da Sub- habitação (PROMORAR),1977; Programa Nacional de habitação para o trabalhador sindicalizado (PROSINDI), 1978, Financiamento da autoconstrução, 1984. (MARICATO, 1987).

Apesar da quantidade de programas, os empreendimentos do BNH foram inicialmente fracassados devido à baixa qualidade das habitações e a falta de infraestrutura. (MARICATO, 1987). Ainda de acordo com a autora;

O empobrecimento das prefeituras municipais veio fortalecer o esquema: os executivos municipais, necessitados de recursos para suas obras urbanas, são obrigados a solicitar ajuda aos governos estaduais e federal.¹⁹ Este por sua vez começa a oferecer, entre outros, os empréstimos do BNH. A perda da autonomia política municipal devido à sua dependência econômica é um lado dos mais importantes dessa estratégia de centralização de recursos e, portanto, de poder nas mãos do governo federal. (MARICATO, 1987, p 38)

A Cohab, nem sempre conseguia atender às expectativas do BNH. As moradias também não atendiam as demandas da classe baixa; locais distantes e precários além do financiamento e condições de pagamento que não estavam de acordo com a renda dos moradores. De acordo com Carrion (1997);

Mudou o "produto" oferecido (a moradia e não apenas o lote), e modificaram-se as condições de valorização da propriedade fundiária, de obtenção de renda. Passou-se a privilegiar a venda financiada de unidades habitacionais; o mercado de lotes individuais adquiriu importância menor nesse contexto. Se, de um lado, a nova modalidade de atuação serviu para agilizar o mercado imobiliário e intensificar a atividade da construção, de outro, acabou por restringir o acesso à moradia via SFH, em face das condições de financiamento estabelecidas e contratadas (os altos índices de inadimplência expressam isso). Mesmo nos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) e pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) da PMPA, dificilmente famílias com renda inferior a três salários mínimos são contempladas com uma unidade habitacional; se, porventura, o são, facilmente se tomam inadimplentes, sendo obrigadas a transferir o contrato, quando não têm, simplesmente, seu imóvel retomado pelo agente financiador. (CARRION, 1997, p. 15)

O sonho da casa própria acaba por esbarrar na dificuldade de quitar a moradia, principalmente para as classes baixas.

Porto Alegre já contava com uma instituição que tinha por objetivo a moradia popular, o Departamento Municipal da Casa Popular (DMCP), no entanto, em 1965 com o Golpe Civil-Militar essa instituição é reconfigurada passando a se chamar Departamento Municipal de Habitação Social (Demhab) que passou a se estruturar a partir das políticas do governo. Como já observado, esses programas tiveram diversas críticas e não sanaram o problema da habitação que se intensificava, sobretudo, para a classe baixa no município. A participação ficou bastante comprometida também, inclusive já existiam cooperativas habitacionais, mas encontravam dificuldades de se estabelecerem, conforme aponta Ademir Silva (1992);

Foram inúmeras as dificuldades encontradas para a criação das primeiras cooperativas habitacionais no que se refere à participação-adesão dos sindicatos, o que se constitui um dos aspectos fundamentais na configuração do contexto sócio-político brasileiro imediatamente posterior ao golpe militar de 64 [...] De modo que o ambiente era na realidade o mais inadequado e o mais difícil de ser trabalhado (SILVA, 1992, p.75.)

Como já observado já se fazia presente associações e organizações de moradores, favelas e bairros em todo o Brasil. Se no período pós-guerras essas lutas não tinham respaldo do Estado, na Ditadura Civil-Militar, porém, dependiam da resposta institucional.

Na primeira década do regime militar (1960), esses movimentos restringiram-se ao espaço institucional possível, mantendo apenas alguns poucos diálogos com órgãos governamentais que estabeleciam os critérios referentes à urbanização e às construções de casas. Já nos últimos anos da ditadura, há registro de protestos. (MENEZES, 2017, p. 73)

De acordo com Baierle (1992) a participação foi um elemento importante nas associações de moradores impulsionando a criação da União de Vilas, e o diálogo com a instituição, a fim de atendimento de demandas seguiu constante. (BAIERLE, 1992). Em conexão com essa constatação Brum (2014) em análise a movimentos de moradia entre 1975 – 1982 em Porto Alegre expõem essa relação institucional entre intervenção e classe vigente disputando espaços e significados na luta pela moradia.

[...] o Estado quando intervém nos processos de apropriação e distribuição do solo urbano e quando atua como produtor ou co-produtor dos meios coletivos de consumo (habitação, educação, saúde, transporte, etc.) é pensado por nós como centro de exercício do poder político. Como tal é entendida a sua ação: como dependente da classe ou fração de classe que detém a hegemonia na sociedade. ¹³ (BRUM, 2014, p. 9)

Com a Redemocratização, fortalecimento da esquerda e ímpeto do Orçamento Participativo OP, criado no final dos anos 80 através da Frente Popular, como um instrumento de participação (FEDOZZI, 2009), o período propiciou também um maior engajamento da população gaúcha que passa a participar mais diretamente e se interar das decisões e recursos destinados à melhoria da cidade e da habitação. O município buscou alternativas mais participativas para dar conta do déficit habitacional. O Demhab, por sua vez, voltou suas ações para o Programa de cooperativismo habitacional, de base comunitária ou sindical, para incentivar a habitação de interesse social, intermediando e proporcionando assistência às cooperativas e visando atender famílias de baixa renda.

Esse fortalecimento também em âmbito nacional impulsionou uma preocupação maior para criar políticas relacionadas ao espaço urbano e a moradia como a criação do Ministério das Cidades, Estatuto da Cidade, Projeto Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Se tratando de Habitação de interesse social, O Programa

Habitat Brasil/BID (HBB/BID) com parceria da Caixa Econômica Federal, que contava com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, também desenvolveu projetos em âmbito municipal. Em Porto Alegre podemos destacar o Projeto Integrado Entrada da Cidade (Piec), financiado pelo Fundo Financeiro *para* Desenvolvimento da Bacia da Prata (FONPLATA) que visa a recuperação urbana, no âmbito de território, infraestrutura, valorização paisagística, projeto social e habitação, atendendo famílias de baixa renda (De zero à três salários mínimos), como ocorreu nos bairros Anchieta, Humaitá, Farrapos, Navegantes, Marcílio Dias; e Vila Tecnológica, Pôr-do-Sol e Progresso. (MONTEIRO ET AL., 2016).

No período dessa pesquisa também ocorreram manifestações de moradores da Vila Areia e Tio Zeca, e militantes do MLB e Frente Quilombola do RS, na Zona Norte, contra a construção da nova ponte do Guaíba. (Figura 1). Em função da obra algumas casas estão ameaçadas de demolição, mas os moradores ainda não têm uma resposta sobre onde vão morar depois da derrubada das casas.

Figura 1 – Manifestação de moradores da Vila Areia e Tio Zeca



Fonte: Vídeo <https://www.facebook.com/FrenteQuilombolaRs>

A “*guerra de lugares*” (ROLNIK, 2019), se estende para parte central onde ocorre disputa desse espaço pelas classes. De acordo com Villaça (1998);

O Desenvolvimento do centro, bem como do “não centro”, ou seja, de todas as localizações da comunidade, continua a ser fruto de disputa, na qual entram interesses contraditórios intra interclasses. Interclasses são os interesses contraditórios entre os deslocamentos para fins diferentes de uma mesma classe social [...]. Há disputas contraditórias entre tempo de deslocamento e ar puro, e lotes (ou quota de lotes maiores. Finalmente há a disputa, mais determinante, entre as classes. (VILLAÇA, 1998, p.243)

O autor também analisa essa mobilidade das classes em Porto Alegre; em um determinado tempo a elite se afasta, daí decorre muitos casarões e vazios urbanos, mas com as melhorias infra-estruturais, condomínios privados essas camadas retornam ao centro. (VILLAÇA, 1998). Lembrando que as cidades tiveram um crescimento significativo, a população a margem também tem se aproximado e reivindicado essa centralidade.

4.3 Ocupações em Porto Alegre

Quanto às ocupações a ação não é novidade em Porto Alegre, mas é importante salientar a concepção atual que pesa sobre esse termo. O surgimento de favelas foi um tipo de ocupação, assim como conjuntos habitacionais precários, ou em partes distantes do centro, mas a ocupação ressaltada neste trabalho se refere ao uso habitacional por parte da população a imóveis vazios durante muitos anos na parte central da cidade, a mercê da especulação imobiliária, num momento que existe legislação da cidade e habitacional. A legislação, no entanto não garante o sucesso das ocupações. Mesmo com o usucapião, dificilmente as ocupações conseguem se estabelecer até fechar o tempo para que se tenha acesso a esse direito.

Sendo assim é importante salientar que os primeiros registros de ocupações não estavam vinculadas ou organizadas via movimento de moradia (BUONFIGLIO, 2007), e nem tinham relação direta com partidos. Esse teor de luta e movimento imbricado à ocupação começa a ser visualizado na década de 2000, momento importante na política de Porto Alegre, inclusive momento que se teve uma experiência de OP em nível estadual.

A pesquisa de Buonfiglio (2007) traz depoimentos e documentos importantes que mostram a influência das ocupações de São Paulo no que diz respeito à ocupação de prédios. Um dado de importância histórica é a ocupação promovida pelo MNLM que ocorreu em meio ao Fórum Social, de 2002, como um ato simbólico.

Estabeleceu-se em 2005, na rua Borges de Medeiros, como *Utopia e Luta*, bastante articulado. Em 2003 surge uma ocupação ligada ao Movimento dos trabalhadores desempregados (MTD), no bairro Farrapos (PAZ, 2004). A Ocupação 20 de Novembro surgiria em 2006 articulada também pelo MNLM. Ainda nessa década surge a Ocupação Saraí, na primeira vez que foi ocupada, a segunda foi em 2013. De todo modo, em 2015 há uma difusão sobre o assunto por meio midiático principalmente nas redes sociais. Nesse ano aparecem as Ocupações *Violeta*, *Pandorga*, *Kuna*, com um caráter mais cultural, embora servisse de moradia também, e a *Lanceiros Negros* via MLB, esta última ganhou grande notoriedade pela reintegração de posse ser extremamente violenta. Logo em seguida veio a Ocupação *Mirabal*, atualmente Casa de Referência; que atende exclusivamente mulheres em situação de vulnerabilidade, Ocupação *Aldeia Zumbi dos Palmares* que abriga moradores de rua, e a Ocupação da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA.

Outro ponto de conexão ou pistas para a leva de ocupações são as manifestações que estavam ocorrendo em Porto Alegre em 2012 contra as privatizações do espaço público e o cercamento de praças, e em 2013 contra o aumento do preço da passagem de ônibus. Concomitante a esse período há mobilizações urbanas ocorrendo também em outros países. Em Porto Alegre as pautas reivindicadas mostram necessidades que estão ligadas ao acesso à cidade, reacendendo a discussão sobre o espaço público, Direito à cidade no que tange ao cumprimento do direito presente na legislação e também na concepção de acesso à cidade, mobilidade e demandas que já existiam ou estavam sendo, de certa forma, organizadas, mas que ainda estavam invisibilizadas (MARICATO et al., 2013b).

Atualmente segue surgindo novas ocupações vinculadas ao MNLM como a Ocupação Baronesa que atualmente se refere ao Centro de Referências Afro-Indígena, e ocupações via MTST como a Cozinha solidária que ocorreu em 2021 em meio à pandemia.

É notório que a participação através de associações, organizações, quilombos e movimentos em torno da moradia se fazem presente no histórico de Porto Alegre e seguem se refazendo através dos movimentos de ocupações que vêm se tornando mais visível na cidade.

No próximo capítulo nos aprofundaremos nas ocupações enquanto conceito e modos de ser, e como a cidadania aparece na atuação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas.

5. CIDADANIA E OCUPAÇÕES: Experiências a partir do MLB

5.1 Conceituando Ocupações

Nesse momento cabe uma importante observação a ser feita nesta pesquisa sobre a utilização dos termos *Ocupar / Ocupação*. É preciso ressaltar que essa terminologia tem um sentido geográfico, político e social/cultural, se é possível assim distingui-los. O uso geográfico no sentido de buscar o espaço para morar e fazer uso deste, que pode ser em lotes de terras ou em imóveis ociosos no centro da cidade. Pode também estar relacionado a retomada territorial do espaço urbano. O uso político em contraposição a ideia de invasão que remete a violência desrespeito e se apoderar de uma propriedade não vazia, enquanto a ocupação refere-se à luta por moradia em imóveis ociosos; por fim o uso social/cultural no sentido de preencher esse espaço antes vazio, dando significado ou ressignificando-o, combatendo imaginários e construindo outras memórias espaciais.

Para além da etimologia das palavras que se contrapõem há uma disputa de significados em torno da ação, pela mídia e pelo movimento. Observa Guilherme Almeida (2006) a difusão do termo “invasão” veiculado no auge das manifestações do Movimento dos Sem-terra para invalidar a luta dos ativistas. (ALMEIDA, 2006). A expressão a partir da mídia se coloca então como algo ilegal, e utilizada para atacar os movimentos.

Há ainda contida na expressão ocupação a ideia de produzir algo no espaço, por isso também é comum ver essa palavra ligada ao trabalho. Diz-nos Almeida (2006);

INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. De seu turno, a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Ocupação, aliás, possui até mesmo um sentido outro: o de trabalho, de labor, de emprego de força intelectual ou física para auferir renda ou para produção de algo. (ALMEIDA, 2006)

Ainda em conexão com esse sentido de ocup(ação), Neuhold (2009) observa o caráter do imóvel contribuindo para preencher o significado de ocupar em contraposição a invadir.

Os antônimos da palavra ocupação contribuíram mais do que suas próprias acepções para julgá-la mais adequada para refletir sobre o objeto de luta dos movimentos de moradia e sem-teto: entre eles se encontra o “abandono”, a “desocupação”, a ociosidade, o que se aproxima dos sentidos de ação de “ocupar propriedades ociosas” (NEUHOLD, 2009, p.20)

Importante também destacar que as ocupações referidas nessa pesquisa diferem da modalidade de ação ocorrida em outros países como o Occupy Wall Street nos EUA e Movimento dos indignados na Espanha, pois estes permanecem por um período temporário, enquanto a ocupação de moradia refere-se a uma necessidade permanente de abrigo, mas não se limita simplesmente a se fechar nesse espaço, pois envolve a participação dos moradores nessa moradia coletiva e em seu entorno e por isso a relação com a dimensão participativa da cidadania. Ainda para Caminha (2017) pode ocorrer modificações da compreensão de se ocupar determinados espaços;

É importante ressaltar que as configurações designam projetos de ocupação, oriundos das demandas coletivas, mas um mesmo edifício pode abrigar diferentes projetos. Da mesma forma, a tipologia é maleável, no sentido de que uma ocupação pode se iniciar com determinado projeto – adequando-se, portanto a determinada configuração classificatória – mas se modificar ao longo do tempo, agregando novas ideias e aspectos, podendo, então, se inserir em outra configuração. As configurações apontam para diferentes possibilidades de combinação entre autoajuda e/ou ação coletiva, alternativa e protesto contra a mercantilização da cidade. (CAMINHA, 2017, p. 10)

Mas vale ressaltar que apesar das diferenças essas ocupações partem de uma ação coletiva, como aponta López Martínez (2002);

[...] una acción colectiva específica que activa relaciones de poder hacia sus contextos (no sólo políticos, sino también espaciales, sociales o económicos) y también hacia dentro de sus redes internas de relación social (entre miembros, organizaciones, simpatizantes, etc). (MARTÍNEZ, 2002, p. 26)

Além do conteúdo político, há as implicações da vida cotidiana. Nas ocupações então, habitar ganha outro significado, Pelli (2006) faz uma importante análise sobre o protagonismo do habitante; “*La gente concreta con rostro y nombre*” para definir tanto o problema habitacional como também parte da solução à medida que participa (PELLI, 2006). Como apontam as pesquisas sobre ocupações realizadas por Marcos Diligenti (2016), a convivência coletiva promove mudanças nas relações de vizinhança e na participação social como pode ser observado na

Ocupação *20 de novembro*, entre outras ocupações na América Latina. (DILIGENTI, 2016).

Habitar nessa concepção abre brechas para pensarmos na dimensão participativa e solidária da cidadania, pois não se limita apenas a morar, ou simplesmente abrigar-se, mas também diz respeito a integrar-se coletivamente, saindo da lógica da posse individual para um “estar em casa” coletivo.

Relacionando com o ato de ocupar e da participação que emerge das ocupações no sentido de promover solidariedade e cuidados dentro e no entorno. Não apenas permanecer, ter um lugar fixo de moradia, mas compreende também a movimentação e mobilização que transcende esse ambiente como espaço de luta. Para Ferreira et al. (2017) em análise a formulação de Tostes (2016) o conceito de habitar nas políticas do Brasil está vinculado apenas à casa como moradia própria, tal fator segundo o autor;

fomenta a reprodução de um formato de habitação que aglutina e amontoa as pessoas em espaços mínimos com reduzida área de integração. Um modelo com ausência de espaço público; situação alheia ao entorno; carências de mobiliário urbano; desconsideração sobre os índices de trabalho informal; condições alheias à cultura local. (TOSTES, 2016 apud. FERREIRA et al., 2017, p. 9)

Há também a leitura da ocupação alinhada ao conceito de território, e enquanto evento que pode culminar em ondas de mobilizações por determinada causa. De acordo com Sanches (2021), pesquisadora, organizadora da Ocupação Lanceiros Negros e Mirabal e também militante pelo MLB;

Para além disto, ocupar pode trazer à tona uma pauta, colocá-la “na ordem do dia”, gerar um debate amplo e conscientizar milhares acerca de um problema específico. Esta é a intencionalidade da ocupação: evidenciar um problema. No caso das ocupações urbanas em áreas centrais organizadas por movimentos sociais, evidenciar o problema estrutural de falta de moradia digna e a possibilidade de destinação de prédios abandonados para habitação. De fato, a ocupação é um evento que busca produzir e reproduzir uma projeção de sociedade e de espaço geográfico, aqui visto como “uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1982, p.15), além de ser uma projeção do que se quer, para o futuro, de uma sociedade. (SANCHES, 2021, p.28)

A ocupação assim se coloca também como uma ação estratégica para evidenciar o problema e sua possível solução. Ainda para Buonfiglio (2007);

As ocupações tampouco podem ser formadas isoladas à sua volta, alheias à cidade num outro tempo-espaço. De nada adiantaria para os sem-teto que as ocupações nos edifícios – objetos de luta – funcionassem como células subterrâneas escondidas do espaço urbano. Pelo contrário, o sucesso de uma ocupação depende em grande parte de vínculo que seus moradores e militantes conseguem construir, e por isso, tão logo se consolida a ocupação, o grupo buscará tecer redes solidárias à causa mobilizando o apoio de artistas, intelectuais, moradores da região, a opinião pública e outros grupos políticos e / ou sociais. (BUONFIGLIO, 2007, p. 69)

Enquanto habitações coletivas, as ocupações propiciam por sua vez, uma visão mais crítica que surge da necessidade de morar e de acessar o centro da cidade.

Mas esse olhar também estimula a transformação do imaginário social a respeito da cidade e da moradia, pois estimula a participação que se expande da mobilização por moradia coletiva para a participação política. Insere-se também no que Holston (2013) chama de *Cidadania Insurgente*, pois nasce do confronto e nas palavras do autor; “rompe fórmulas estabelecidas de governo, de concepções de direito e de hierarquias de lugares e privilégios sociais”. (HOLSTON, 2013, p. 35,36), e tende a alterar as práticas, não só cotidianas, mas também políticas.

5.2 O Movimento nos Bairros Vilas e Favelas

O Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas – MLB surgiu em 1999 em Belo Horizonte e está presente em mais de dez estados brasileiros, sendo um dos movimentos de grande importância em prol da luta por moradia. Sua criação está ligada ao Partido Comunista Revolucionário PCR, de base Leninista. Em meio a Ditadura Civil-militar, o partido, assim como outros, foi perseguido, caindo na clandestinidade. Com a redemocratização os partidos de esquerda vão elaborando suas diretrizes e reconfigurando-se. O movimento se origina em um contexto de lutas pela Reforma Urbana, sob a bandeira da cidadania, direito à cidade e moradia digna. A moradia vem então a compor o discurso do movimento juntamente com a questão de classe.

Como podemos observar o MLB chega num momento em que já havia experiências de ocupações de moradia popular na cidade, o movimento, porém, traz abertamente a discussão sobre classes sociais e socialismo a partir da moradia. As demais lutas da cidade como transporte e saneamento, passam a compor os planejamentos e se intensificam nos debates do movimento;

Queremos outro tipo de cidade, democrática e popular. Uma cidade que não seja acessível apenas para os que têm dinheiro, mas que seja do povo: sem remoções, sem despejos, sem engarrafamentos intermináveis, sem violência. Uma cidade onde todos tenham acesso à moradia digna, emprego, alimentação, saúde, educação, transporte e cultura [...] O MLB sempre buscou a construção de uma reforma urbana que enfrente e resolva os graves problemas das nossas cidades e fortaleça a luta pelo poder popular e pelo socialismo no Brasil. (MLB, 2019, p. 3, 26)

Desta forma, o movimento parte dessa base político-partidária para orientar suas ações no meio popular.

5.2.1 Estrutura de participação dos militantes:

a) Reuniões semanais a respeito da situação dos bairros, questões de precariedade e o que pode ser feito pra mobilizar os moradores na cobrança dessas pautas (Luz, água, saneamento).

b) Organização de atos, ações, estudos e cursos relacionados à cidade e moradia Congresso Estadual e Nacional.

c) Trabalho de base – Educação política, leitura e conversa de temas do Brasil, bairro, cidade, moradia e política a partir do Jornal “*A verdade*”, entre outras leituras promovidas pelo movimento.

e) Organização de ocupações.

Para além da questão habitacional o movimento também participa nas reuniões e ações do partido Unidade Popular (UP), do Movimento de Mulheres Olga Benário e na *Brigada* – Venda do Jornal “*A verdade*” e também em sua escrita.

5.2.2 MLB – Ocupação

O contato iniciou em um momento conturbado; a ocupação Lanceiros Negros havia sofrido despejo e as famílias estavam alojadas no Centro Cultural Vida, em caráter temporário. Algumas voltaram a morar com seus familiares, outros ficaram

no aluguel social, e há ainda os que encontraram outras ocupações, ou ficaram expostas aos valores da moradia no centro de Porto Alegre.

Na Mirabal a aproximação com as moradoras e organizadoras da Casa Mirabal que atuavam bastante no MLB, também em um momento delicado em que estava em tramitação a reintegração de posse do imóvel por parte da Inspetoria Salesiana São Pio X, proprietária do prédio. Ocorrendo reuniões de apoio e mobilização para evitar o despejo que acabou acontecendo no final de 2018. Levando à ocupação/ casa para outro endereço.

Simultaneamente o núcleo de Mulheres Olga Benário no Instituto Federal (IFRS), que contava com moradoras e organizadoras da Lanceiros e da Mirabal se reunia com algumas estudantes e professoras, onde eram debatidos temas como violência contra a mulher, moradia e a relação etnia e gênero. Essas rodas de conversas eram estruturadas em apresentações de slides mostrando os movimentos Olga Benário e MLB, ou utilizando alguma reportagem do jornal *A verdade*, feito pelas ativistas desses movimentos, e também leituras de livros como; *Mulher, raça e classe* da Ângela Davis; *Sejamos todos feministas* da Chimamanda, e alguns trechos de bell hooks. Também organizaram eventos no espaço da faculdade onde as moradoras trouxeram um pouco de suas trajetórias e importância de se integrarem aos movimentos, sobretudo de ter participado das ocupações.

Na ocupação Recanto da Alegria a observação participante se deu através das reuniões e organizações na comunidade e nas ações que os militantes e os moradores organizavam.

Ocupação Lanceiros Negros

Em Porto Alegre a primeira experiência de ocupação do MLB ocorreu em 2015 com a *Ocupação Lanceiros Negros* num imóvel público, vazio há 10 anos. A remoção foi bastante violenta e traumática para os moradores. Atualmente o prédio segue vazio e de acordo com o governo está sendo administrado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). As famílias voltaram a morar precariamente, a maioria distante do centro.

A segunda experiência foi a *Ocupação Mulheres Mirabal*, (agora chamada de Casa de Referência), que foi organizada pensando na moradia e também no acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Ambas as ocupações

surgiram depois de meses de trabalho de base e diálogo com a população de bairros periféricos. De acordo com Sanches (2017) esse trabalho se dá sob a forma de reuniões e estudos semanais onde é discutido sobre questões urbanas no que diz respeito a demandas locais e mais amplas. (SANCHES, 2017). A Ocupação Lanceiros Negros abrigava 70 famílias vindas de várias partes da RMPA e contava com espaço pra creche e biblioteca, refeitório e lavanderia comunitários, tinha também como objetivo a formulação de uma Casa de acolhimento. Quanto à organização eram realizadas assembléias e a coordenação era eleita ficando responsável por gerir o espaço. Em 2017, no entanto, a ocupação sofreu reintegração de posse deixando grande parte desses moradores desabrigados e desintegrando a participação que havia. Mas as reflexões em torno das vivências da casa e das experiências de mobilizações não só de Porto Alegre, mas também de outros estados que o MLB e Movimento Olga Benário organizam motivou a criação de uma nova ocupação – Mulheres Mirabal.

Quanto à organização as decisões de acordo com uma das moradoras eram tomadas de forma coletiva em Assembléias. Rosane, 46 anos, vendedora camelô no centro de Porto Alegre, está na luta por moradia em torno de 20 anos, conheceu o movimento quando estava em uma situação de despejo. Ao conhecer um dos moradores, ela foi imediatamente integrada à ocupação e relata como era a convivência;

As pessoas são diferentes e isso é normal, sempre tem umas mais prestativas, outras mais retraídas, mas é normal! No começo a organização era um pouco diferente, e a partir da convivência foi se estruturando melhor e horizontalizando as pautas e discussões em assembléias para que todos pudessem participar e opinar coletivamente. As tarefas e responsabilidades são atribuídas à todos os moradores. Limpeza, cozinha, segurança entre outras atividades são divididas igualmente entre nós. (ROSANE, 46 anos)

Judicialmente a ocupação passou por várias pressões. Com a suspensão temporária da reintegração de posse, o MLB buscou caminhos a partir do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejusc, Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos não sendo atendido por essas entidades. (FAGANELLO; GUEDES, 2016, p. 16).

Apesar dos esforços dos moradores e movimentos de apoio a ocupação, o mandado de reintegração de posse foi expedido, datado 24 de maio de 2016, sendo a rua e o acesso ao edifício bloqueado pra qualquer pessoa, mesmo para

advogados ou familiares. Rosane conta que as duas reintegrações de posse foram difíceis;

“As duas reintegrações de posse que participei foram momentos de muita tensão. A primeira foi extremamente violenta, mesmo com crianças e mulheres grávidas no local a polícia usou toda a violência para nos retirar da ocupação... Fiquei tão traumatizada que tinha medo de sair pra rua e algum policial me agredir, pois eles usavam máscaras e não podíamos ver seus rostos, eles por sua vez tinham acesso total a nossa aparência.”
(ROSANE, 46 anos.)

Os moradores ocuparam então outro edifício, Hotel Açores, na Rua dos Andradas, outro local bastante centralizado, sofrendo nova remoção. Foi proposto então um cadastramento de todos os moradores para receber aluguel social da prefeitura ao longo de seis meses, alojamento temporário e posteriormente unidades habitacionais pra depois do aluguel social. O grupo seguiu aguardando a resolução, se desintegrando em termos de organização. Outros moradores passaram a atuar ainda mais no MLB e nos trabalhos de base em comunidades distantes do centro e a se integrar em outros coletivos e movimentos.

Apoio à Ocupação/ Casa de Referência Mulheres Mirabal

A Casa de Referência Mulheres Mirabal se estabeleceu em 2017 num imóvel central, partindo do Movimento de Mulheres Olga Benário. O imóvel pertencia à Congregação do Imaculado Coração de Maria, e foi doado para Inspetoria Salesiana São Pio X para demandas sociais, no centro de Porto Alegre na Rua Duque de Caxias.

Nesse período as moradoras ganharam visibilidade, principalmente nas Redes Sociais por atender mulheres que estavam desabrigadas ou em caso de violência, desempenhando um trabalho social de grande importância para o município. A casa também era aberta, com atividades culturais e políticas. No entanto, a demanda social, não foi suficiente para a prefeitura se comprometer com a ocupação. Depois de muitas mobilizações e tentativas de estabelecer um diálogo ocorreu a reintegração de posse em 2019.

Após a reintegração de posse em reuniões com a Secretaria foi acordado que seria concedido um novo espaço, o que foi sendo prolongado, e então as moradoras ocuparam sem o aval institucional sendo constantemente ameaçadas de despejo. O

local agora é menos centralizado e também menor, o que fez reduzir o número de acolhidas, não o número de demandas, que se acentuou no período da pandemia. Nesse novo endereço, a casa já ficou sem luz mais de uma vez e com recursos vindo apenas das ações do MLB, Olga Benário e simpatizantes da causa. As militantes buscam frequentemente dialogar com a prefeitura, mas até o momento não há um retorno positivo.

Figura 2 - Tentativa de diálogo na Cúria Metropolitana



Fonte: <https://www.facebook.com/MulheresMirabal>

Figura 3 - Tentativa de diálogo na Cúria Metropolitana



Fonte: <https://www.facebook.com/MulheresMirabal>

Figura 4 – Manifestação contra a reintegração de posse do 1º Endereço da Casa Mirabal



Fonte: <https://www.facebook.com/MulheresMirabal>

Em meio às idas e vindas da Ocupação Mirabal o movimento tem feito uma readequação e ressignificação do que constitui o espaço. O termo ocupação segue vinculado como adjetivo de luta, mas a ideia de “Casa” busca a aproximação à Instituição ou às políticas que consigam contemplar um número maior de atendimento às mulheres. A Formação do partido UP, vinculado à Casa Mirabal também denota a preocupação na transformação dentro da instituição. Além do teor político do movimento no que tange à mobilização, dentro da casa/ocupa é pensado projetos de Geração de Renda, onde as mulheres podem se integrar e contra a noção de empreendedorismo. Também segundo uma das organizadoras, a intenção é impulsionar a organização coletiva dessas mulheres dentro e fora da casa. Dentre esses projetos há o *Quitutes Mirabal* e mais recentemente no período da pandemia o Projeto da produção de pães em parceria com o Instituto Federal – IFRS.

Assim como a primeira ocupação, também contava com reuniões para organização e promovia um espaço participativo e aberto onde as temáticas entrelaçavam a vida nas grandes cidades.

O MLB por sua vez, atua na Casa, na organização através dos estudos políticos, a tomada de consciência quanto à moradia e a estrutura econômica, política e social, no exercício da coletividade, nas palavras de uma das coordenadoras do MLB, Carla Castro; do *Poder Popular*, bandeira levantada também pelo Partido UP.

Figura 5 - Ocupação Mirabal. Anúncio do 5ª Congresso do MLB



Fonte: Autoria própria

Recanto da Alegria

A ocupação Recanto da Alegria organizada por moradores do bairro Farrapos, na Zona Norte de Porto Alegre, ocorre em um terreno do município destinado a atender um grupo de famílias da Vila Liberdade, no entanto, a política não se desenvolveu e as moradias até então não haviam sido entregues. O grupo que ocupou esse terreno é composto por cerca de 80 famílias dentre essas algumas de imigrantes de países africanos. O espaço não tem todos os equipamentos e situa-se fora do centro.

O MLB atuou na ocupação através do trabalho de base, organização, mobilização e apoio jurídico. Buscando também diálogo entre os moradores e propor orientações para a gestão do espaço. Já ocorreram tentativas de reintegração de posse e o processo ainda tramita judicialmente.

Além do aporte às ocupações o MLB seguiu organizando trabalhos de base em bairros, apoiado comunidades indígenas, na Lomba do Pinheiro e a retomada Goj jur do povo Kaingang. Seguiu organizando manifestações e ações de pressão a respeito de demandas nos bairros; e organizou em 2019 seu 5º Congresso Nacional do MLB.

Nesse congresso foram discutidos temas como a falta de moradia, Governo Bolsonaro e o aprofundamento da crise urbana, a função social da propriedade, Direito à cidade, desemprego e aumento da violência. Foi organizado pequenos grupos de discussão sobre esses temas e depois dialogados entre todos. O Congresso foi também o momento de escolha de coordenação e representação do MLB.

Figura 6 – 5º Congresso do MLB



Fonte: <https://www.facebook.com/mlbbr>

Em 2020 o MLB intensificou suas atividades, organizando comunidades no Humaitá, Sarandi e Alvorada. Ainda com o isolamento social o MLB em parceria com o Movimento Olga Benário e UP – Unidade popular pelo socialismo (partido estruturado por esses movimentos) organizou a primeira ação frente a esse período, que foi a campanha de Cestas básicas para atender principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade. Outra ação foi a campanha *Despejo Zero* somando esforços com outros movimentos;

As atividades passaram a ser por videoconferência discutindo a questão do saneamento básico, eletricidade e problemas que afetam comunidades mais afastadas do centro de Porto Alegre (endereço de alguns organizadores e organizadoras do MLB), mas a mobilização ultrapassou esse espaço virtual e final de 2020, o MLB tem voltado a atuar presencialmente e se empenhado na campanha

política do partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP), além de impulsionar atos (panelaços e manifestações).

5.3 Entrelaçando as dimensões da Cidadania

Assim, como já observado, a cidadania a partir de Marshall (1967) se coloca em três dimensões de Direitos; Individuais, políticos e sociais; que interagem entre si. No Brasil com suas contradições; isso quer dizer; em um país onde a participação durante muitos séculos foi contida, e a cidadania vinculada ao Estado, e em Porto Alegre, cidade que tem um histórico participativo no que toca a questão habitacional, com diversidade de movimentos urbanos e de moradia.

Conforme apontado por Sobottka (1998) há múltiplas concepções do que vem a ser e possa se constituir como cidadania, sendo os movimentos também bastante diversos em suas conjunturas e anseios. Não se tratando, portanto, de um conceito único. (SOBOTTKA, 1998).

Sendo assim nosso objetivo foi analisar como as ações do MLB podem mobilizar a cidadania nesse “longo caminho” que esta tem trilhado no Brasil. Como hipótese partimos do exercício de coletividade que emerge das atividades do MLB nas ocupações, bairros e internamente, contribuindo para mover o conceito da cidadania na atualidade. Caminho esse cheio de complexidades, onde o fazer popular fora da instituição e também a busca por esta interação e por vezes colidem.

Por um lado temos a dimensão social e a luta para alcançar a moradia a partir de um direito básico. Toda essa mobilização ressalta a cidadania, e é composta por base popular, mas também por base política, criando uma espécie de amálgama, o que nos leva a abordar o elemento partidário que estrutura o discurso do movimento. No entanto, não deixa de mobilizar o conceito de cidadania, mesmo não partindo totalmente de base popular, nem totalmente da via institucional.

Enquanto direito social, pela habitação popular, a estratégia de ocupar imóveis vazios, diz respeito a cobrar do estado ou município o uso da função social da propriedade, previsto pela legislação. Essa necessidade básica da moradia aglutina moradores de vários bairros distantes do centro de Porto Alegre, em moradias precárias, ou que pagam aluguéis caros. Incluímos os principais organizadores do movimento, muitos moram distante do centro ou moram nas

imediações submetidos aos valores de aluguel. Sobre a dificuldade enfrentada relata um dos ativistas do MLB no questionário que alguns militantes responderam;

Comecei morar sozinho algumas vezes e tive que voltar [...] é difícil voltar, ainda mais, se é um lugar onde você mora e vive, tem muitas pessoas. Morei sozinho por três vezes, todas as vezes na periferia, ou em Viamão ou na periferia de Porto Alegre, bem afastado do centro da cidade (A. 31 anos).

Fazem parte, portanto, do déficit habitacional e inadequação domiciliar que corresponde à habitação precária, coabitação familiar; famílias conviventes, moradias em cômodos cedidos e alugados. (FJP, 2021).

Esse pertencimento de ser um “Sem-teto” e o envolvimento com a casa, nos afazeres que são coletivos e cotidianos, e também com a causa animam a participação na luta. Podemos usar aqui o tripé ou elos de ligação de Honneth (2003); “amor, solidariedade e direito”, que propiciam essa integração nas ocupações, nos bairros e entre os militantes que apóiam o movimento. Ainda de acordo com Gohn (1991);

A troca de experiências constitui uma grande fonte de realimentação das lutas. Ela confronta as diferenças e possibilita o surgimento da identidade através das direções e sentidos comuns as lutas. [...] é o ponto fundamental para a socialização das informações e a constituição de uma identidade de objetivos e ação. (GOHN, 1991, p.42)

O MLB faz essa aproximação e promove esse sentimento. A começar pela escolha do imóvel que será ocupado e pelas famílias que irão residir nesse espaço. A fotografia presente na Figura 7 nos dá uma amostra da composição de famílias que ocupavam a *Lanceiros Negros*; Oriundas de bairros periféricos, de etnias indígenas, afro-brasileiros e alguns imigrantes de países africanos.

É bastante forte a atuação das mulheres, no MLB, nas Ocupações e nos bairros. Também mães solteiras, com trabalhos informais (sem carteira assinada), como podemos observar em uma das reportagens do Jornal *A verdade*, intitulada: “*A vida de uma mãe e militante do MLB*”, onde mostra o dia de uma das moradoras da Ocupação *Lanceiros Negros* e trabalhadora camelô no centro de Porto Alegre, suas dificuldades de pagar o aluguel e se alimentar, levando a militante a conhecer a ocupação e participar no movimento. A fala de Rosane em entrevista para o Jornal (Figura nº8) e para esta pesquisa corrobora com a busca pela moradia, os aprendizados na ocupação, solidariedade e o engajamento político.

O estímulo educacional através da biblioteca e a criação de uma creche para as crianças, também são formas de fomentar a participação das/dos moradores no espaço e engajar em outras causas.

Figura 7 - Famílias da Ocupação Lanceiros Negros



Fonte: <https://www.facebook.com/mlbbr>

Soma-se à entrevista da militante Rosane, os depoimentos de outras militantes e moradoras da Lanceiros e Mirabal no Evento Dia da Mulher Negra – Latino Americana e Caribenha no IFRS;

Tem muitas famílias a periferia que não tem estrutura... Eu ainda não entendia movimento social... Eu entendia: pessoas que vinha fazer coisas boas no meu bairro no meu bairro fazer coisas boas... Quando eu conheci a Lanceiros Negros eu estava bastante reclusa, tinha perdido meu marido, tinha que levar comida pra dentro de casa... Eu vi aquela mulherada... Como elas conseguem ter essa calma?! Eu queria ter essa paciência e ajudar mais pessoas... O acolhimento é o que as gurias faziam comigo... Acredito que muita gente deu um passo a frente... Se tu trabalha muito e não tem tempo de ir nas manifestações não se sintam culpados, indo em uma, duas já ta bom, vamos começar assim, devagarinho. (L.R, 2020).

Hoje moro numa ocupação, já tive a minha casa, perdi por causa de uma desocupação quando eu morava no bairro... E aí foi quando eu conheci os movimentos tanto o Olga como o MLB... Passei a morar na Mirabal e também na Lanceiros. Quando teve a desocupação, eu era da Lanceiros. E aí eu vim começar a entender o porquê fazer essa luta. Por quê? Porque sou mulher! Mulher, negra. Que não tinha onde morar! Hoje inclusive me encontro desempregada, assim como várias mulheres negras, chefes de famílias.... Tudo precisa de moradia, pra viver bem precisa de moradia, para ter um trabalho precisa de moradia, ano passado eu pagava aluguel hoje eu moro na ocupação e pretendo enquanto eu puder não pagar mais

aluguel... A gente tem que ir sim pra periferia porque a base da sociedade tá na periferia... (C. 2020).

Figura 8 - Matéria do Jornal *A verdade*



Fonte: Jornal *A verdade*. Nº 203, março de 2018.

A partir da moradia é mobilizada a situação das mulheres, mãe e crianças. De modo que a moradia se entrelace a outras demandas da cidade e a luta não finda, pois não se limita a um fim único- morar.

Além dessa integração em uma determinada ocupação, o movimento organiza interação em outros espaços e entre moradores de outras ocupações acompanhadas pelo MLB, inclusive viabilizando o transporte para o deslocamento do grupo. A Figura nº 9, nos mostra um desses momentos, onde um grupo de moradores da *Recanto da Alegria* acompanha a tramitação do processo da *Lacerios Negros*, na Câmara, para tomar conhecimento de como os processos de reintegração de posse funcionam, o posicionamento do MLB e como pode ser feita a organização, da comunidade para sustentar a *Recanto da Alegria*. Para Aloísio Ruscheinsky (1999);

O Aprendizado da cidadania proporcionado pelo empenho prolongado por uma causa através dos movimentos sociais passa por uma trajetória política que se destaca pelo fato de compreender as carências como situação de injustiça ou ausência de direitos frutos de relações sociais e de decisões políticas: além disso, pelo empenho coerente, ou seja, que com esta visão, o sujeito se dispõe a lutar para implementar direitos visualizados. (RUSCHEINSKY, 1999, p.192)

Nesse sentido podemos identificar que o tempo de duração da luta é um fator importante para aprofundar os conhecimentos políticos, embora a instabilidade proporcionada pela ameaça constante de despejo acabe arrefecendo a atuação de alguns moradores ou até causando seu afastamento.

A cidadania enquanto aprendizado dos direitos é assim visível nas práticas do movimento. Utilizando o termo de Habermas (1997b), é promovida uma *socialização política esclarecida*, à medida que as/ os militantes vão se interagindo dos aspectos que permeiam a habitação e a partir desta toda questão política que emerge da mobilização. Mas organizar um grupo coeso em prol de uma luta por um período longo não é uma tarefa fácil e obviamente tem entraves.

A união e integração entre os moradores encontra diversas dificuldades devido a heterogeneidade de interesses dos moradores e também esbarra em algumas diretrizes estabelecidas enquanto movimento, para se formar ocupação, entre essas; não comercializar a casa, ou o lote. Ainda assim a conexão com o movimento é por vezes estabelecida, e o apoio em termos jurídicos, no contato com advogados e processos se faz fundamental. O movimento se coloca assim como intermediário entre os moradores e a instituição, e tal intermediação, não é uma característica que ocorre apenas em Porto Alegre, mas também em outras cidades. (SILVA, 2017). Sobretudo a violência na hora do despejo aparece como um dos motivos de tal intermediação.

Figura 9 - Acompanhamento do processo Lanceiros negros



Fonte: Autoria própria.

No caso da Ocupação/ Casa Mirabal o apoio se dá em termos jurídicos e nas ações promovidas pelo Movimento Olga Benário.

Figura 10 - Feira Mirabal



Fonte: Autoria própria.

Algumas dessas ações podemos observar nas Figuras nº 10 e 11, como a Feira Mirabal, com incentivo às acolhidas produzirem sua própria renda, a partir da venda de quitutes e brechó de roupas.

Figura 11 – Feira Mirabal



Fonte: Autoria própria.

Também na participação de diálogos políticos como a roda de conversa com Criméia S. de Almeida, militante guerrilheira no Araguaia, e Suzana Lisboa atuante na Ação Libertadora Nacional (ALN), ambas, atuando na Anistia Internacional.

Figura 12 – Roda de Conversa na Casa Mirabal



Fonte: Fonte: Autoria própria.

Proveniente de base partidária, a atuação do MLB não poderia estar distante do viés político. Assim o caminho para legalização do partido Unidade Popular pelo Socialismo – UP se fez junto às ocupações através das assinaturas para tornar o partido legível. De acordo com uma das coordenadoras do movimento o nível de engajamento ocorre, e tem sido bem recebido, principalmente por parte das mulheres, que costumam tomar à dianteira nos assuntos relativos à moradia nos bairros onde se faz a militância e o trabalho de base. Nas palavras de uma das militantes que atua na Mirabal; “Se tiver a chance de ocupar um lugar pra morar elas vão, cresci vendo isso...Chegou a noticia de que tem um terreno ocupado e a mulher não tem casa, ela vai lá e bota um barraco.” (N. 31 anos). Assim as mulheres militantes estiveram também à frente nas coordenações e compondo as candidaturas pela sigla da UP.

A legalização do partido foi de grande importância para as eleições que ocorreram em 2020 que contou com moradores das ocupações e militantes do MLB e Olga Benário e outros movimentos de mesma base partidária. A campanha se fez; partido via movimento e visse-versa. É importante salientar que a conjuntura política ao longo do período da pesquisa e a perspectiva de mudanças a partir das eleições

municipais em Porto Alegre, em 2020 foram mote para os debates e diálogos na campanha.

Figura 13 – Foto da Campanha da Unidade Popular pelo Socialismo - UP



Fonte: <https://www.facebook.com/mlbbr>

Não por acaso, as e os candidatos pelo partido foram militantes, moradoras e moradores das ocupações. Como podemos ver em umas das fotos de campanha da UP, figura 13, o candidato a vereador Merong Kamakã indígena do povo Pataxó Hã Hã Hãe, artesão e morador da Lanceiros Negros, e Priscila Voigt como candidata a prefeita, que também compunha e organizava a ocupação, entre outras e outros militante do MLB.

Durante a campanha o grupo buscou contatos e reforçou a situação da primeira ocupação símbolo do MLB em Porto Alegre, levantando a bandeira da moradia e do Direito à cidade.

Importante salientar suas trajetórias participativas, da *Lanceiros* até a eleição, a insegurança e violência que compartilharam no despejo da ocupação – movimento versus força institucional na figura da polícia e a formação política que fez com que encabeçassem estas candidaturas. Recordar essas experiências é também uma forma de visibilizar o movimento e o partido erigido por esse militantes e suas reputações enquanto sujeitos de luta. (HONNETH, 2003, p. 207).

É importante destacar essa relação partidária, dado que outros movimentos de ocupações de moradia se colocam como apartidários, ou pluripartidários. Esse ponto é o que mais se destaca na atuação do movimento e se coloca como um nó, quando se trata de Movimentos Sociais e Cidadania. A ideia de um movimento ligado a um partido é na maioria das vezes rejeitado, assim como a cidadania partindo de uma base institucional, visto toda a projeção que se tem de movimento social como construtor de uma cidadania emancipadora capaz de mobilizar os sujeitos sem que eles sejam cooptados pelo Estado.

Grande parte das análises ressaltam o conteúdo educacional, o elemento da participação popular, ou do direito social, partes da cidadania, ou englobam a cidadania em um conceito uno; movimentos sociais levam à cidadania, embora não se aborde as implicações desse conceito. No entanto, não se pode esquecer que o conceito de Movimentos Sociais nem sempre se refere a caminhos de mudanças ou transformações em sentido positivo, podendo abarcar movimentos reacionários (RASCHKE, 1994), nesses casos, portanto, haveria limitações ao exercício da cidadania.

Quanto ao conteúdo político, de via institucional e a vinculação partidária, ou ficam adormecidos ou não costumam ser ressaltadas nas discussões para não comprometer o teor emancipatório.

Embora isso não seja uma novidade dentro das Ciências Sociais e nas análises de movimentos urbanos no Brasil. Grande parte da bibliografia a respeito dessa relação partido *versus* movimento aponta ou para a rejeição ao Estado, sobretudo nos momentos de repressão; ou abordam o período de Redemocratização, onde o Estado se torna uma via importantíssima para a obtenção de direitos. Também há leituras que apontam de um lado o partido engessando as ações dos grupos, o que incidiria nas palavras de Gohn; em “uma cidadania de segunda categoria” (GOHN, 2001). Na outra ponta os movimentos atuando de maneira independente, fora da via institucional.

Aparecem assim, muitas vezes como antagônicos. Nessa relação o partido exerce funções diferentes do movimento no quesito de poder e decisão. (RUSCHEINSKY, 1999). Nos adverte Gohn (1991) que;

Embora movimento e partido sejam duas formas de organização distintas, elas ocorrem em leitos paralelos e uma é realimentadora da outra. O fluxo

vital entre eles não exclui nem substitui nenhuma das formas de organização e luta. (GOHN, 1991, p. 38).

Chama à atenção ainda, Assies (1999) em análise aos movimentos urbanos, a ideia de espontaneidade e autonomia que se conferiu a esses movimentos, no entanto, observa o papel oculto de agentes externos como partidos entre outros atuantes indiretos.

No caso do MLB essa dimensão é visível e bastante ressaltada, há seguidamente o incentivo para se filiar e participar das reuniões do partido UP, não somente em períodos eleitorais. De acordo com Ruscheinsky, (1999) isso pode acontecer pois;

A opção partidária, no interior do movimento social, ou enquanto militante desse, pode ser vista como resultante do exercício de um comprometimento de uma cultura política determinada. Inclusive pode implicar o empenho pela alteração do contexto que envolve a coletividade de modo a implementar os objetivos do comprometimento. A opção pelo apoio a um partido político, ou a relação complexa no sentido de somar esforços em determinados assuntos e ocasiões, tende a ser uma perspectiva de junção de esforços para consolidar a representação política e atuar sobre a instância institucional no intuito de transformar as relações sociais. (RUSCHEINSKY, 1999, p. 34)

Esse exercício de comprometimento via partido aparece nas falas das militantes, que trazem em seu diálogo a importância do partido em relação ao movimento, tendo como base as experiências partidárias, onde a luta foi cooptada ou institucionalizada. Mas nesse caso (partido - movimento - partido), essas experiências vivenciadas pelos militantes nas ocupações, adentrando o sistema institucional trariam mudanças positivas.

Nesse sentido, o partido teria o papel de servir as lutas populares, como podemos observar na exposição de Priscila, candidata pela UP;

Eu acho que a partir de como tu enxerga qual o papel de um partido político, isso interfere na relação que o movimento social tem e qual é a interferência que o partido vai ter no movimento social. A gente enquanto UP acredita que a luta social vai determinar as mudanças na política do país e que nós precisamos estimular que as pessoas não façam luta só pela casa própria, ou só pelo saneamento, porque ainda é uma luta individual, mas que a gente faça uma luta por uma outra sociedade, por uma outra política, e pra isso precisamos ter um partido e por isso a gente construiu a UP [...] Nossa crítica aos partidos, de os movimentos entrarem pra dentro das estruturas achando que dentro de um governo x ou y, tu ia conseguir construir um programa, que ele ia ser comprado na íntegra por um governo e que abandonar a luta de rua achando que estava resolvido, porque tava no

governo, isso foi um grande equívoco. Os partidos devem fortalecer a luta popular, e não o contrário, e não paralisar a luta. (SANCHES, 2021, p.164,165)

O movimento impulsionaria as lutas, o partido responderia a essas demandas. Pensando a partir desse prisma o primeiro serviria para modernizar, atualizar a prática dos partidos (RUSCHEINSKY, 1999). Isso não seria incomum, de modo que haveria essa via de dois lados de ações, como apontam os autores Carlos, Dowbor e Albuquerque (2016);

[...] muitos movimentos recorrem aos arranjos participativos como canal de mediação da relação sociedade-Estado, mas não só. Esses também acionam um repertório de interação que inclui e articula as ações que ocorrem fora das instituições (protestos, por exemplo) e via instituições. [...] (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2016, p. 2)

Além do envolvimento do movimento, nota-se a aproximação que tem ocorrido de outros partidos de esquerda em apoio à Ocupação Lanceiros Negros, Mirabal e UP nas eleições de 2020. Os diálogos ocorrem, sobretudo a respeito da ocupação e da proteção às mulheres.

Todavia, não há um fechamento rígido no quesito engajamento, logo nem todos se envolvem. Alguns se engajam mais fortemente, outros em alguns momentos e há ainda os que migram de um movimento para outro, mas seguem apoiando. No grande ato contra o governo, em meio à pandemia, muitos antigos moradores buscaram o movimento para participarem. Figuras 14 e 15.

Figura 14 – Manifestação contra o governo Bolsonaro



Fonte: <https://www.facebook.com/mlbbr>

Figura 15 – Manifestação contra o governo Bolsonaro



Fonte: <https://www.facebook.com/mlbbr>

Nessa inserção podemos assim observar a cidadania na dimensão política do participar da esfera institucional, e o aprendizado político sobre as estruturas sociais, legislativas e governamentais.

Yates (2015) ao analisar os movimentos e organizações em Barcelona, usa o conceito de prefiguração para abordar a prática política e as tentativas de mudança

social nesses espaços e nos dá uma base pra pensarmos sobre as transformações sociais que podem surgir a partir desses movimentos;

Participants contest power on a series of different levels, ranging from the macro-political, as with adversarial protest forms which confront governments and institutions, to the 'micropolitical', the relations of power shaping interaction among individuals, collectives, movement networks and wider society. While it is often unclear how the macro- and micropolitical connect, this theoretical-strategic concern is explicitly shared by participants and compensated for by oscillating between, on the one hand, experimentation and the building of 'alternative' ways of living and relating, with attempts to consolidate and proliferate their outcomes on the other. (YATES, 2015, p. 2)

Nesse sentido, ocupar produz experiências outras, que vão incidir na forma de mobilização e no desenvolvimento de estratégias e táticas de resistência, no projeto de transformação da sociedade, e na cidadania. O que não é tarefa fácil e constitui-se em um desafio e também uma utopia. Segundo Schütz (2004);

Conseguir fortalecer utopias, e portanto leituras e vivências da realidade, orientados pela esperança e construção de um sentido de vida que ultrapasse os supostos determinismos da dinâmica atual é um dos principais desafios enfrentados pelos movimentos sociais populares. Denunciar a crueldade, mas também, a partir dela mesma, apontar para possíveis desejáveis, são momentos decisivos para levar ao engajamento e gerar esforços pessoais e coletivos. (SCHÜTZ, 2004, p. 145)

As ocupações de moradia popular propiciam uma visão mais crítica que surge da necessidade de morar e de acessar o centro da cidade. Mas esse olhar também estimula a participação alterando as práticas e a convivência. Sobre essas potencialidades Barragán e Torres (2018) observam que esses processos de formação dentro dos movimentos possibilitam uma pluralidade de mundos, uma vez que contestam a norma vigente, pois;

favorecen que los sujetos sociales desnaturalicen imaginarios que los subordinan y propongan alternativas epistémicas (Albán, 2015) que los afirman como sujetos con saberes y experiencias transformadoras e instituyentes. (BARRAGÁN; TORRES, 2018, p. 19)

Apesar da luta por fora da instituição, é possível perceber que há uma preocupação em receber o aporte de políticas e de fazer mudanças dentro e fora de espaços institucionalizados.

Ainda assim, as experiências e espontaneidades também ocorrem no dia-dia das/dos moradores que vão aprendendo coletivamente a se organizar e se mobilizar. A cidadania que emerge dessas experiências movimenta-se e torna-se ativa à medida que move os sujeitos, a cidade e a política.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas considerações abordando o processo de urbanização no Brasil, processo pensado, sobretudo, para atender demandas econômicas, em que a moradia ficou em segundo plano. A busca pela cidadania está presente em toda a história do país, nos remetendo a diversos formatos de Cidadania. Nessa pesquisa ressaltamos o entrelaçamento entre este conceito e a luta por moradia, na forma de Ocupação, através do Movimento de Luta nos bairros vilas e favelas (MLB) que parte de uma base partidária, movimentando-a de acordo com sua construção política.

Para dar conta da multiplicidade de conceitos existentes voltamos ao histórico da própria etimologia da palavra que parte do mundo Greco-Romano referindo-se a Cidade. Sua concepção está diretamente ligada à participação e direitos nesse espaço assim como ser proprietário. (ROLNIK, 1995). Desta forma, nem todos eram considerados cidadãos, sendo assim, pós Revolução Francesa o conceito vai se transformar, encaixando-se no formato liberal, aprofundando a dimensão dos direitos do indivíduo e da propriedade.

Marshall (1967) nos expõe minuciosamente as dimensões da Cidadania e nos dá um aporte primário para nos aprofundarmos, quando especifica o teor de cada uma dessas dimensões; Civil – Liberdades individuais; Político – O direito a participação no exercício do poder político, e o elemento Social refere-se aos direitos que abarcam as necessidades em comum. No entanto suas análises referem-se ao mundo Europeu, não se encaixando do mesmo jeito quando se trata da realidade brasileira.

Para José Murilo de Carvalho (2001), a construção da Cidadania no Brasil não ocorreu na mesma linearidade, pois é marcada pela Colonização, Sistema escravista, Coronelismo e Ditadura, ocorrendo rupturas seguidas aos direitos individuais, políticos e sociais. Também chama a atenção a formação do Estado, legislação e direitos, estabelecendo assim uma cidadania muito diferente de outros países da América. Uma espécie de *Estadania*, evidenciando um formato hierárquico, de cima para baixo no qual a definição de Cidadania fica a mercê do aparelho estatal e institucional e dos grupos que detém o poder nessas esferas, afetando e limitando a dimensão participativa ao longo dos anos.

Importante também a contribuição de Wanderley Guilherme (1979) quanto à definição de uma *Cidadania Regulada*, que passa a ser vinculada ao trabalho, não necessariamente ao trabalhador, já que nem todos se encaixavam nessa vinculação, ficando de fora autônomos, camponeses entre outros trabalhadores sem carteira assinada. Nesse momento verifica-se o aumento da população urbana e o crescimento das grandes cidades, devido à economia e ao fluxo migratório. Contudo, o que acontece é que a Cidadania promovida nesse momento de modernização nacional não atenta para a questão habitacional, em decorrência há o aumento da periferização e segregação espacial (HOLSTON, 2013).

Nesse sentido a Cidadania é vista de maneira hierárquica sendo medida pela localização, acesso aos equipamentos e ao usufruto da centralidade. Como analisa Maricato (2013a), o espaço se configura como legal versus ilegal (MARICATO, 2013a), incidindo no que Milton Santos (2007) observa: Uns mais cidadãos, alguns menos e outros não cidadãos. (SANTOS, 2007). O centro aparece então como um território em disputa; ao mesmo tempo em que ocorre processos de gentrificação, e condomínios privados, há diminuição de espaços públicos e moradias populares na parte central. (CALDEIRA, 2000). Ainda que tenha imóveis vazios, estes ficam a mercê de especulação imobiliária e da nova tendência que afeta a moradia; financeirização, tornando comum remoções e despejos (HARVEY, 2013; FIX, 2009). Essas tendências estão longe de fortalecer a cidadania como aponta Teresa Caldeira (2000), e acabam moldando uma cidadania submetida ao neoliberalismo. Há, porém, mobilizações da população, que através da luta pela moradia no centro impelem a outra noção de cidadania.

É nessa confluência de alcance de direitos e garantias de viver na cidade que a questão habitacional será mobilizada, emergindo diversas organizações, associações, coletivos e Movimentos urbanos e de moradia. Cabe o destaque de Holston (2013) ao mobilizar o conceito de uma Cidadania Insurgente que vem de base popular, “de baixo para cima” a partir desses movimentos, e não exclusivamente via instituição. Desta forma os movimentos de moradia têm esse potencial de organização e ações coletivas para que suas demandas sejam atendidas. (GOHN, 2008; TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Isso é visível por meio da atuação de Movimentos Urbanos e de Moradia que através de mobilizações tem incidido nas políticas públicas na questão habitacional.

Como local de partida para as análises, revisitamos a construção da cidade de Porto Alegre no quesito moradia, mobilizações e política públicas até o presente momento; no intuito de entender o surgimento de Movimentos de Ocupação na capital e a composição de moradores e militantes.

Voltamos ao período da colonização e pós-abolição para demarcar uma parte importante da população que foi seriamente afetada pela falta de moradia e que hoje atua nos movimentos de ocupação e retomada da cidade; população afro-brasileira e indígena, juntamente com a população de baixa renda.

Sob a lógica de higienização e modernização a população foi sendo empurrada para partes mais distantes dando lugar a uma arquitetura excludente. Importante salientar que a iniciativa privada na figura das companhias de habitação foram bastante atuantes na mercantilização da moradia (STROHAECKER, 2005), enquanto as políticas estatais se destinavam a modernizar a cidade, não havendo grande preocupação em fornecer moradia popular na parte central da cidade. (KERSTING, 1998; BAKOS, 1996; VIEIRA, 2017). Esse olhar para a via institucional e política vem atrelada á bases partidárias (BONDUKI, 1998), embora tenha ganhado força em movimentos populares sem necessariamente estarem ligados a um partido.

Assim vai surgindo diversos movimentos urbanos. Nas partes periféricas grupos que lutam contra despejos e para não ter suas casas patroladas e também para ter acesso aos equipamentos presentes em outros bairros. Há conquistas importantes através da organização de associações comunitárias e de moradores na parte habitacional, além da participação que aumentou com o surgimento do Orçamento Participativo. Em termos de políticas públicas, alguns projetos foram desenvolvidos como o *Minha Casa, minha vida* e o Projeto entrada da Cidade, mas não conseguiram conter o grande déficit que foi se aprofundando ao longo do tempo. Desta forma, mobilizações de moradia seguem constantes na capital, sendo a ocupação uma das estratégias de alguns desses movimentos.

Dentre os movimentos procuramos nos voltar para aqueles que promovem ocupações de moradia popular, mais especificamente este trabalho buscou abordar o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, que organiza Ocupações de moradia entre outras atividades políticas em vários estados do Brasil.

Como podemos observar ocupações sempre ocorrem em Porto Alegre, mas neste trabalho ressaltamos aquelas surgidas em um período de legislações urbanas

que se desenvolvem a partir dos anos 2000. Referindo ao uso habitacional de imóveis vazios. Sendo importantes as análises de Buonfiglio (2007) quanto ao teor de movimento e relação partidária em torno das ocupações.

Nos anos que subseqüentes ocorreram muitas manifestações com pautas relacionadas à cidade e a moradia, surgindo também muitas ocupações, de caráter cultural e de moradia.

Os Movimentos de Ocupações partem do Direito ao uso da função social da propriedade, previsto em lei, para ocupar imóveis ociosos ocorrendo em vários estados do Brasil. Podemos citar no histórico da cidade a atuação do MNLM, MTST e MLB. Esses dois últimos provenientes de partidos.

Para abordar sobre Movimentos de Ocupações recorremos a Martínez (2002) que observa nos Movimentos de Okupaciones, o potencial de participação política dentro e fora dos movimentos, alcançando e modificando a parte institucional. Ponte importante no que se refere ao conceito de Cidadania em sua dimensão participativa.

Valemo-nos também dos significados das palavras *Ocupar* e *Ocupação*, elas mesmas já imbuídas de ação, e em contraposição a ideia de invadir. Diferente de invasão, palavra usada para criminalizar os movimentos. A ocupação, por sua vez, aciona sentidos geográficos, políticos e sócio-culturais. Onde ocupar nasce da necessidade primeira de abrigar-se. Sentido político porque se contrapõe a forma de moradia convencional e atua de maneira contra-hegemônica à medida que dá visibilidade para a questão habitacional, podendo influir nas políticas. O sentido sócio-cultural pode ser verificado através da ideia de ação, transformação e novos sentidos e significados para com o espaço.

Desta forma, ocupar pode partir de uma contestação cultural e simbólica quanto ao espaço público, conectar-se com movimentos de outros países e estados. (CAMINHA, 2017; MARTÍNEZ, 2002). Pode ocorrer em lotes de terras ou em imóveis no centro ou distante deste. Pode também nascer da necessidade de moradia e impulsionar mudanças políticas como é o caso do movimento trabalhado nessa pesquisa. Alguns autores também colocam como uma forma de estratégia para chamar a atenção ao problema (TATAGIBA, 2012), impelindo ao surgimento de outras mobilizações (SANCHES, 2021). Mesmo existindo diversos sentidos os movimentos de ocupação têm em comum o fato de partirem de uma ação coletiva.

O Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas – MLB, proveniente do PCR, nasce em meio a lutas pela Reforma Urbana, se organizando em vários estados, e encontrando solo fértil em Porto Alegre, realizando sua primeira ocupação, Lanceiros Negros, em 2015. Muitas foram as experiências vivenciadas do movimento e das moradoras e moradores, o que impulsionou outra ocupação/ Casa de Referência Mulheres Mirabal, destinada a abrigar mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social. Mas a atuação do movimento não se destina apenas para o direito a moradia, como podemos verificar nesta pesquisa.

O movimento se estrutura a partir de reuniões, discussões e ações referentes à problemas que afetam determinados bairros. A partir daí o MLB organiza as demandas de luta, congressos, trabalho de base, mobilizações e ocupações. Além da participação no partido Unidade Popular (UP), apoio à Casa de Referência Mulheres Mirabal, no Movimento de Mulheres Olga Benário e na *Brigada* – Venda do Jornal “*A verdade*” e também em sua escrita.

Através do histórico de Cidadania no Brasil podemos observar um caminho cheio de contradições e entraves no que se refere à participação. Em contrapartida temos um avanço com a abertura democrática, sobretudo em Porto Alegre no que tange a moradia. Uma combinação propícia para a busca de direitos e participação política.

Nossa hipótese partiu da premissa do que fazer político que emerge do MLB tendo a capacidade de movimentar o conceito de cidadania, assim nos concentramos nas ações promovidas dentro das ocupações, nos bairros e na organização interna do movimento.

O primeiro ponto é que por levantar a bandeira da moradia através de ocupação, isso em si já traz um diferencial no que se refere à cidadania, pois organiza e orienta sua militância se valendo da legislação a cerca da função social da propriedade.

Através das ações promovidas pelo movimento dentro das ocupações, podemos verificar que é cultivado o exercício de participação no espaço e para além dele, pois os militantes e moradores vão se envolvendo em outras demandas relativas à cidade, como por exemplo, educação, creche, política, questões étnicas e de gênero. Além disso, é promovido todo um ambiente de acolhimento e solidariedade que ajuda a integrar e criar uma identidade com o grupo (GOHN, 1991, p.42). Podemos verificar também essa integração pela composição de

moradores e militantes. Quanto à interação o movimento faz a aproximação entre moradores de diferentes ocupações, estimulando o conhecimento da estrutura legal que envolve as moradias. Apoiando nas questões judiciais, institucionais e ações das ocupações. Como pode ser observado nos eventos da Ocupação Casa Mulheres Mirabal, e Ocupação Recanto da Alegria. Mas antes mesmo de a ocupação ocorrer, já inicia a preparação nos bairros, pelo trabalho de base em que se estuda a estrutura social pelo viés socialista.

Outra faceta importante no que se refere à dimensão política da cidadania é que a participação do movimento vem de uma via partidária e o percurso trilhado nas ocupações foi também para a legalização do partido. Ocorrendo engajamento de grande parte dos moradores e moradoras das ocupações analisadas nessa pesquisa, sobretudo mulheres.

Essa dimensão política – partidária se destaca de outros movimentos de ocupação expondo questões que costumam ser o nó das análises dos Movimentos Sociais e Cidadania. O Estado aparece como uma via importante para a obtenção dos direitos, mas de alguma forma resignificado, uma vez que ao inserir um morador/moradora militante em âmbito institucional se espera o cumprimento das demandas, a partir do direcionamento que nasce do partido. Há também o envolvimento de outros partidos com a causa e formulação de políticas públicas.

Ainda assim a via partidária não exclui as possibilidades existentes no movimento (GOHN, 1991), onde o aprendizado político gerado pelo MLB abre brechas para outras ações e mobilizações, não necessariamente ligadas à ocupação.

Voltamos para os questionamentos iniciais, quem são esses sujeitos? Uma parte significativa da população vivendo a precariedade da moradia, que sentem a necessidade de buscar laços e movimentos a partir da compreensão de que tem direitos a ter um teto. A partir da trajetória de alguns moradores e militantes percebemos que o desespero de não ter onde morar, ou “morar de baixo da ponte” é um dos mais fortes impulsionadores da luta. A necessidade impele. Acha-se território fértil nesse encontro entre luta popular e movimento via partido. O movimento possibilita a *socialização política esclarecida* (HABERMAS, 1997b), no sentido de promover essas discussões, ações horizontais e proporcionar experiências coletivas alinhadas à perspectiva partidária e socialista. A cidadania é mobilizada a partir dessas experiências se encaminhando para a via do Estado.

Podemos verificar ao longo da pesquisa que isso ocorre no sentido da busca pelo direito a moradia, não em qualquer lugar, mas principalmente no centro, não morar de qualquer jeito, mas de uma forma organizada. Dimensão social e política interagem, confrontando um modelo de moradia própria, individual, confrontando também as políticas da cidade. Todavia esse “ocupar” é também um ocupar político, nos espaços de poder.

Se não tem casa, nós ocupa, nos coloca a pensar sobre essas relações entre movimentos de ocupação e cidadania no quesito espacial, seja da cidade e da moradia, seja da esfera do Estado. Esse ocupar é fundamentalmente político.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Sobre o sujeito e objeto**. Porto Velho: Edufro, 2005.

AFONSO, Almerindo Janela; RAMOS, Emílio Lúcio-Villegas. Ramos. Estado-nação, educação e cidadanias em transição. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 1, p. 77-98, 2007. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/374/37420104.pdf> >. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v 13, n.37, 1998.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha Casa, Minha Vida:...**E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 6 estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARAIZA, Alejandra; GONZÁLES, Robert. La Investigación Activista Feminista. Un diálogo metodológico con los movimientos sociales. **Empiria Revista de Metodología de las Ciencias Sociales**, n. 38, p. 63-84, 2017.
<https://doi.org/10.5944/empiria.38.2018.19706>. Acesso em 20 de dezembro de 2021

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. In: **Correio da Cidadania**, jul/Ago, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/32458996/Como_o_governo_Lula_pretende_resolver_o_problema_da_habita%C3%A7%C3%A3o_Alguns_coment%C3%A1rios_sobre_o_pacote_habitacional_Minha_Casa_Minha_Vida>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

ASSIES, Willem. Theory, Practice and 'External Actors' in the Making of New Urban Social Movements in Brazil. Society for Latin American Studies. **Bull. Latin Am. Res.**, v. 18, n. 2, p. 211 - 226, 1999. 10.1016/S0261-3050(98)00094-1. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

BAIERLE, Sérgio G. **Um Novo Princípio Ético-Político**: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. Campinas,1992. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281934>>. Acesso em: 28 de set. de 2020. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARRAGÁN C., Disney; TORRES C., Alfonso. Estudios sobre procesos educativos en organizaciones y movimientos sociales. **Revista Folios**. Segunda época, n. 48, p. 15-25, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n48/0123-4870-folios-48-00015.pdf> >. Acesso em: 01 de out. de 2020.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e a luta por moradia no pós-guerra. In L. Kowarick. (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.Urb**, v. 1, p.70–104, 2008.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma casa nas costas**: análise do movimento social urbano em Porto Alegre 1975 – 1982. Porto Alegre: Editora Animal, 2014.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **O resgate do centro de Porto Alegre**: a luta dos sem teto pelo direito à moradia. Brasília, 2007. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2926>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

BURITI, Elizângela Paulino da Silva. **Ocupar e criar poder popular**: uma análise acerca da participação social do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB no município de Natal/RN. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Natal, 2018. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: < <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28146> >. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. RIDH Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun., 2016. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/325/169>>. Acesso em 28 de set. de 2020.

CAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos”, in: Brandão, C.R.(Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMINHA, Julia Vilela. Uma teoria acerca das ocupações de imóveis vazios: Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional? SP, 2017. In: **Anais do XVII. ENANPUR**. Disponível em:<http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-04.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

CARDOSO, Lúcio Adauto; ARAGÃO, T. H.; ARAÚJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: Encontro Nacional da ANPUR, XIV, Rio de Janeiro, Maio de 2011. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de ANPUR, 2011**. Disponível em: <

<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/issue/view/2>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Euzeneia. Movimentos Sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Proposições analíticas e desafios metodológicos. ST13 Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 17 n. 2, p. 360-378, 2017. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>. Acesso em 10 de novembro.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff. Dinâmica recente do Setor Terciário em face da reestruturação produtiva das metrópoles. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, n. 2, p. 197-206, 1997. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1376/1741>>. Acesso em: 28 de set. de 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin de; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Família Silva: Resistência Negra no bairro Três Figueiras**. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao Artigo 68/ADCT. Porto Alegre: FCP/PMPOA, setembro de 2004. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CORRÊA, Roberto.Lobato. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRETELLA JR., José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

D'AVILA, Naida. **DEM HAB com ou sem tijolos: a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Unidade Editorial da Secretaria da Cultura, Porto Alegre, 2000.

DIEHL, Isadora. Experiências indígenas em ambientes urbanos: Os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. In. **XIX Encontro estadual de história – ANPUH RS**, 2019. Disponível em: <<http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

DILIGENTI, Marcos Pereira; DIAS, Maria Alice Medeiros; TEODORO, Isadora. A Produção Social do Espaço/Tempo e os Vazios Urbanos: o caso do Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre. **Textos & Contextos**, v. 15, n.2, p. 340 – 355, 2016. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.25619>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

DENZIN, Norman. K; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUDEQUE, Iran. **Cidades sem véus: Doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli; GUEDES, Iris Pereira. Ocupação Lanceiros Negros: alternativa proposta por um movimento social em reivindicação ao direito à moradia digna frente ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016. Disponível em: anaiscbeo.emnuvens.com.br. Acesso em: 01 de out. de 2020.

FARINON, Josiane Sulen. **O processo de urbanização de Porto Alegre e suas conseqüências sobre a formação das sub-habitações da cidade**. Monografia. Rio de Janeiro, 2015. Especialização em Engenharia Urbana. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Suelen_Farinon.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2020;

FEDOZZI, Luciano. Orçamento Participativo de Porto Alegre Gênese, avanços a limites de uma idéia que se globaliza. **Revista Cidades- Comunidades e Territórios**, n.0 18, p. 41-57, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187647/000787619.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 de outubro de 2021

FERREIRA et al. Habitar é mais que morar: o caso do Jardim Açucena na cidade de Macapá.. In: **Anais do XVII ENANPUR**, São Paulo. 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.4/ST%205.4-04.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

FETZ, Marcelo; DEFACCI, Fabrício F. Em busca de uma sociologia da ciência brasileira: um debate sobre as ideias de Florestan Fernandes. **Revista Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 229-262, 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão, C. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 34-41.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela moradia**. São Paulo: Edição Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2 ed. (Questão da nossa época; v.5). São Paulo: Cortez 1994.

GOHN, Maria da Glória . **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David Harvey. **O direito à cidade: Lutas Sociais**. *Revista Lutas Sociais* São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David Harvey. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KERSTING, Eduardo e de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890 – 1920)**. 221 f. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, 1998. Programa de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. d. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LEFEBVRE, Henry- **O Direito À Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no Regime Militar: Do milagre à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes; 2013a.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013b.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. RJ, Zahar, 1967.

MARTÍNEZ, Miguel A. **Okupaciones de Viviendas y Centros Sociales: Autogestion, Contracultura y Conflictos Urbanos**. Barcelona: Virus, 2002.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução Daniel Bensaïd e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade Porto Alegre: Arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito**. Tese de Doutorado. Pós Graduação em História. Porto Alegre, 2010. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

MBL - Morar dignamente é um direito humano! Propostas do MLB para a reforma urbana. Escola Nacional. In: **Cadernos de formação política**. Recife, 2019. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

MENEZES, Naida. Movimentos sociais e as especificidades do Movimento de lutas nos bairros vilas e favelas. **Revista Conversas & Controvérsias**, vol. 3, nº 2, p. 68-87, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/25530>. > . Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

MONTEIRO ET AL., 2016. Avaliação das territorialidades em empreendimentos habitacionais de interesse social: estudo de caso no Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC). **Arquiteturarevista**, vol. 12, núm. 2, p.. 175-193, 2016. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1936/193650603005.pdf>>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e Sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**, 2009. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2009. Programa de pós graduação em sociologia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo pra a obtenção de título de mestre em sociologia. 10.11606/D.8.2009.tde-09022010-130648. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, Márcio, Piñon de. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. **GEOgraphia**, n.1, p. 93-120, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

PAZ, D.K. **Território e movimentos sociais: A luta pela moradia na região central de Porto Alegre**. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2004. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. UFRGS.

PELLI, Víctor Saúl. **Habitar, participar, pertencer: acceder a la vivienda: incluirse en la sociedad**. Buenos Aires: Nobuko, 2006.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Revista Estudos sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 23, p. 161-190, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/316/31652406009/html/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho 1880-1920. Porto Alegre: Síntese rio-grandense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). **Presença Negra no Rio Grande do Sul**, p. 80-89. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PRESTES, Neila. Vilas de Malocas e Bairro Restinga: a versão dos removidos sobre o plano de confinamento em vila de transição - eugenia na Porto Alegre de 1960 . In: **Anais do XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos (CIEIA)**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: < <https://ebooks.pucrs.br> >. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

RASCHKE, J. Sobre el concepto de movimiento social. **Zona Abierta**, n. 69, pp. 121-134.1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. SANTOS Junior, Orlando Alves dos. **Democracia e segregação urbana**: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **EURE (Santiago)**, v.29 n.88 Santiago dic. 2003. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612003008800004>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Guerra de lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais**: Movimentos Sociais e partidos políticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e Capitalismo: uma Abordagem Teórica. **Instituto de Estudo Avançados da Universidade de SP**, 2013. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/saescidadania.pdf>>. Acesso em: 28 de set. de 2020.

SANCHES, Nanashara D'Ávila. Políticas de Habitação Popular no centro de Porto Alegre/RS: entre o Estado e a organização social. In: **Anais XVII ENANPUR, 2017**. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1514>>. Acesso em 28 de set. de 2020.

SANCHES, Nanashara D'Ávila. **As ocupações no centro histórico de Porto Alegre e a formação de territórios de resistência**. Porto Alegre, 2021. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/226283>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Coleção: O Pensamento Político Brasileiro; v.3. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHÜTZ, Rosalvo. Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares. **Revista de Ciências Sociais**, v. 4, nº 1, 2004. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2004.1.51>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

SILVA, Cleiton Ferreira da. Estratégias, conquistas e permanências do MLB nos núcleos do RMR: Mecanismos de transformação ou de intermediação com Estado? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 39-56, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br>>. Acesso em 28 de fevereiro.

SILVA, Cleiton Ferreira da, Estado Mercadificação e crise nas grandes cidades brasileiras: Entre a lógica corporativa e o planejamento democrático. In: **Simpósio Nacional de Geografia urbana. XVI SIMPURB**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

SILVA, Ademir Alves. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOBOTTKA, Emil Albert. Movimentos sociais e cidadania no Brasil hoje. **Veritas**, v. 43, n.5, p. 193-203, 1998. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.1998.5.35595>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

STROHAECKER, Tânia M. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciências sociales**, v. 19, n. p. 194, 2005. Disponível em:

<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

TATAGIBA, Luciana Tatagiba; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido Trindade: Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18 n. 2, p. 399 -426, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200011>. Acesso em: 2 de agosto de 2021

TOSTES, José Alberto. Habitar é mais amplo que morar, 2015. Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com/2015/11/o-conceito-de-habitar-e-mais-amplo-que.html>> Acesso em: 28 set. 2020.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. Dossiê: Movimentos Sociais • Soc. estado. 21 (1), Abr 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100003>. Acesso em 10 setembro de 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/ RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Porto Alegre, 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/pibid/files/2021/01/vieira-daniele-machado--territorios-negros-em-porto-alegre-2017.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute/FAPESP, 1998.

YATES, Luke. **Rethinking Prefiguration: Alternatives, Micropolitics and Goals in Social Movements**. *Social Movement Studies*, v. 14, n.1, p. 1–21, 2015. <https://doi.org/10.1080/14742837.2013.870883>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021

ALMEIDA, Guilherme. Invasão ou ocupação? Artigo jurídico.DireitoNet, 2006. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br>>. acesso em 22 de fevereiro de 2022.

Carta Mundial pelo Direito à Cidade, 2005 - Suelo Urbano. Disponível em: <<https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

Como garantir o direito à moradia digna? Região Metropolitana de Porto Alegre - Déficit habitacional chega a 96 mil casas. OBSERVASINOS – Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio do Sinos, 2019. Disponível em:

<Como garantir o direito à moradia digna? Região Metropolitana de Porto Alegre - Déficit habitacional chega a 96 mil casas>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

Déficit habitacional no Brasil. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018. Disponível em: <<http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/#release>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

Fundação João Pinheiro. Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/RelatorioMetodologiadoDeficitHabitacionaledaInadequacaodeDomiciliosnoBrasil20162019v1.0.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2022.

PROCEMPA - A origem do Centro, 2006? . Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=16 >. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

Selecionados: faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. DEMHAB. 2009 Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=135. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para a participação em questionário

Esse questionário faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado em Sociologia intitulado “Se não tem casa, nós ocupa”, elaborado pela mestrandia Jaqueline de Abreu Pereira, orientanda do Professor Emil A. Sobottka, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como objetivo analisar o quefazer político a partir da mobilização e práticas que emergem do MLB e das ocupações organizadas pelo movimento e como podem mover o conceito de Cidadania na atualidade. O questionário serve para fazer a verificação, junto com observação participante e entrevistas.

O tempo aproximado de duração do questionário é de 30 minutos.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa segue o contato da mestrandia Jaqueline de Abreu Pereira. E-mail: abreu.jaqueline05@gmail.com.

Em caso de dúvidas sobre participações em pesquisas e seus direitos, consulte o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) através do telefone (51) 33203345, presencialmente na Av. Ipiranga, 6681, Prédio 50, sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, ou pelo e-mail: cep@pucrs.br.

Você aceita participar da pesquisa, respondendo o questionário?

() Sim () Não

APÊNDICE B – Questionário aplicado

QUESTIONÁRIO

1. Você aceita participar da pesquisa, respondendo ao questionário? *

Sim

Não

Informações pessoais:

1) Nome:

2) Idade:

3) Identificação étnica:

4) Identidade de gênero:

5) Endereço de e-mail:

Trajetória militante

6) Conte um pouco sobre sua trajetória até chegar na ocupação.

7) Quais as mudanças que você sentiu desde que foi morar em uma ocupação, em relação à moradia anterior?

8) Como conheceu e o que levou a buscar a Ocupação?

9) Como vocês se organizam pra manter o espaço?

10) Antes de morar em uma ocupação já participava de ações ou movimentos? Quanto tempo?

11) Qual a ideia de moradia que você tinha antes de entrar pra ocupação?

12) A Ocupação tem um calendário de lutas e atividades?

Sim

Não

Só em algumas datas

13) Todos, todas participam e são receptivos?

Sim

Não

Apenas em alguns momentos

14) Quais as atividades que a Ocupação desenvolve?

15) Como é a relação com a prefeitura, negociações?

16) Visto que tem imóveis ociosos em diversas partes da cidade, por que se buscou essa localidade?

17) Como é o acesso a serviços como educação e saúde para os/as moradores/moradoras?

18) Vocês já sofreram algum preconceito por serem moradores de uma ocupação?

Sim

Não

19) Como é a relação com os vizinhos e com a comunidade ao entorno da Ocupação?

20) Qual o momento mais significativo ou o aprendizado que mais marcou nesse período?

21) Qual a relação ou como você analisa a luta por moradia com a esquerda ou com as pautas da esquerda no Brasil?

22) Como você analisa o papel das ocupações na sociedade?

23) Como o movimento de ocupações vê outros movimentos sociais?

24) Há outras demandas e movimentos que são mobilizadas pelas moradoras?

Sim. Qual?

Não

25) Em sua perspectiva, quais as principais conquistas que a Ocupação tem alcançado?

26) Quais os desafios e dificuldades, você acha que esse tipo de moradia enfrenta aqui no nosso estado?

27) Como anda o processo de regularização das Ocupações que o MLB acompanha e organiza?

28) Como você observa a relação entre ocupação e casa de referência?

29) Como você acha que as mulheres se inserem no problema de moradia no Brasil?

30) Há um tempo específico para ficar na casa?

31) De que forma você acha que o debate a respeito da cidadania contribui para a ocupação?

32) Atualmente você mora:

Ocupação. Qual?

Aluguel

Aluguel Social

Em espaço cedido

De favor

Casa própria

Outro. Qual?

33) Gostaria de fazer alguma colocação ou pergunta referente ao tema da pesquisa?

Obrigada pela participação!

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido para a participação em entrevista

Essa entrevista faz parte do projeto de pesquisa de Mestrado em Sociologia intitulado “Se não tem casa, nós ocupa”, elaborado pela mestranda Jaqueline de Abreu Pereira, orientanda do Professor Emil A. Sobottka, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como objetivo analisar o quefazer político a partir da mobilização e práticas que emergem do MLB e das ocupações organizadas pelo movimento e como podem mover o conceito de Cidadania na atualidade. Sendo a entrevista de aporte para verificação, junto com observação participante e entrevistas.

Você aceita participar dessa pesquisa através de entrevista?

() Sim () Não

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista

- 1) Como o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas se organiza?
- 2) Quais os bairros e como se dá as reuniões?
- 3) Há engajamento?
- 4) A questão de gênero e étnica influencia?
- 5) Como se dá a relação partido/ movimento para as/ os moradores
- 6) Como é feita a pesquisa e escolha dos imóveis
- 7) A filiação ao partido UP encontra recepção?
- 8) Como se dá a relação entre o MLB e outros movimentos de ocupação?
- 9) Como o MLB atua na Casa de Referência Mulheres Mirabal?
- 10) Enquanto militante como você enxerga o papel da cidadania em termos de direitos no movimento de ocupação?



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br